



CADERNOS

CEHA

6

CENTRO DE ESTUDOS DE
HISTÓRIA DO ATLÂNTICO

VIEIRA, Alberto

O (RE)DESCOBRIMENTO/ (RE)CONHECIMENTO DA MADEIRA.

Em torno da História, de alguns conceitos e imprecisões



Cadernos de divulgação do CEHA. N.º 6

VIEIRA, Alberto, O (RE)DESCOBRIMENTO/ (RE)CONHECIMENTO DA MADEIRA.

Em torno da História, de alguns conceitos e imprecisões

Funchal. Setembro de 2015.



O (RE)DESCOBRIMENTO/ (RE)CONHECIMENTO DA MADEIRA.

Em torno da História, de alguns conceitos e imprecisões

ALBERTO VIEIRA*

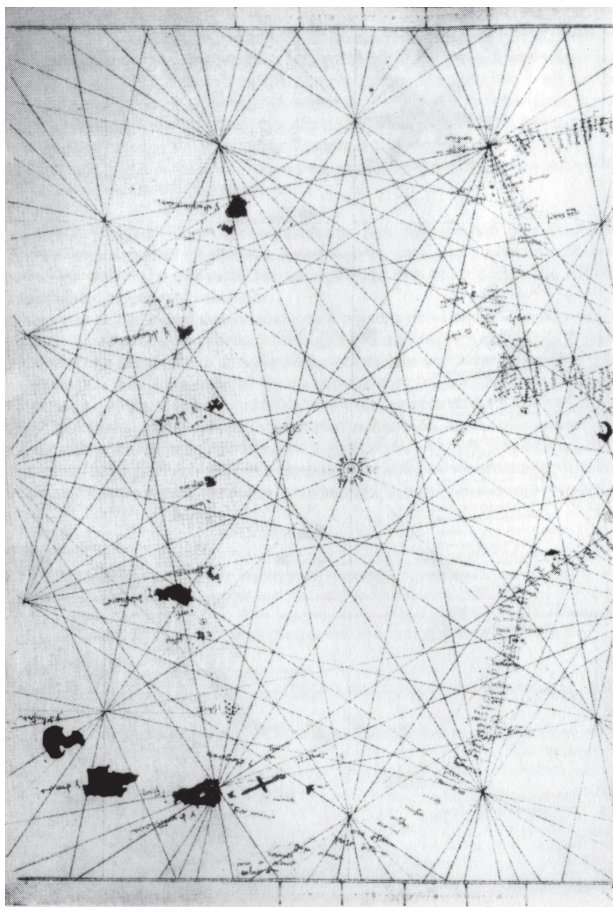
INVESTIGADOR-COORDENADOR: SRETC- MADEIRA

Textos, notas e bibliografias de um texto mais desenvolvido sobre o mesmo tema, disponível para publicação.

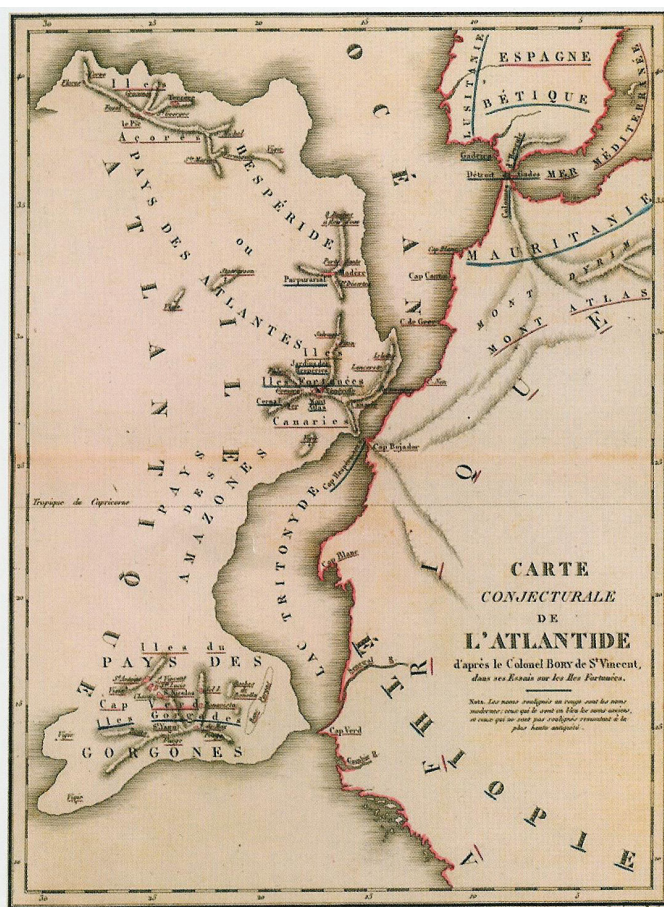
* **Títulos Académicos e Situação Profissional:** 2013. Diretor de Serviços do CEHA; 2008- Presidente do CEHA, 1999 - Investigador Coordenador do CEHA; 1991-Doutor em História (área de História dos Descobrimentos e Expansão Portuguesa), na Universidade dos Açores; 1980. Licenciatura em História pela Universidade de Lisboa.

ATIVIDADE CIENTÍFICA. Pertence a várias academias da especialidade e intervém com consultor científico em publicações periódicas especializadas. É Investigador-convidado do CLEPUL-Lisboa.

PUBLICAÇÕES. Tem publicado diversos estudos, em livros e artigos de revistas e atas de colóquios, sobre a História da Madeira e dos espaços insulares atlânticos. Destes apenas se referenciam alguns dos mais importantes e que foram publicados em livro: 2014-*O Deve e o Haver das Finanças da Madeira. Finanças públicas e fiscalidade na Madeira nos séculos XV a XXI*. Funchal, CEHA. ISBN:978-9728263-75-1, vols:2 [em Formato digital com folheto]; (Coordenação): *Debates Parlamentares. 1821-2010*. Funchal, CEHA. ISBN:978-972-8263-81-2, vols:1 [Formato digital com folheto]; *Livro Das Citações do Deve e Haver das Finanças da Madeira*. Funchal, CEHA. ISBN: 978-972-8263-82-9, vols:1 [Formato digital com folheto]; *Dicionário de Impostos. Contribuições, Direitos, impostos, rendas e Tributos*. Funchal, CEHA. ISBN: 978-972-8263-83-6, vols:1 [Formato digital com folheto]; *Dicionário de Finanças Públicas. Conceitos, Instituições, Funcionários*. Funchal, CEHA. ISBN: 978-972-8263-84-3, vols: 1, [Formato digital com folheto]; *Cronologia. A História das Instituições, Finanças e Impostos*. Funchal, CEHA. ISBN: 978-972-8263-85-0, vols:1 [Formato digital com folheto]. (organização); 2005- *A freguesia de S. Martinho*, 213pp; 2005-*A Vinha e o Vinho na História da Madeira. Séculos XV-XX*, Funchal,CEHA, 585pp, 2001: *História da Madeira* [coordenação de manual de apoio ao ensino], 399pp. 2001: *Autonomia da Madeira. História e Documentos* [cdrom]; 1999: *Do Éden à Arca de Noé – o Madeirense e o quadro natural*, Funchal, 330pp; 1998: *Las Islas Portuguesas*, compilação de livros e introdução, Madrid, Fundación Historica Tavera, 1998: *O Vinho da Madeira* (com Constantino Palma), Lisboa, 143pp, 1998: *O Açúcar*, Expo 98. Pavilhão da Madeira, 64pp, 1998: *O Vinho*, Expo 98. Pavilhão da Madeira, 64pp, 1998: *Público e o Privado na História da Madeira. II. As cartas particulares de João de Saldanha*, Funchal. CEHA, 224pp, 1997: *S. Vicente Um Século de Vida Municipal (1868-1974)*, Funchal. 167Pp; 1996: *A Rota do Açúcar na Madeira*, de Colaboração com Francisco Clode, Funchal, 220pp, 1995: *Guia para a História e Investigação das ilhas Atlânticas*, Funchal, 414pp, 1993: *História do Vinho de Madeira. Textos e documentos*, Funchal, 431pp, 1992: *Portugal y Las Islas del Atlántico*, Madrid, 316 pp, 1991: *Os Escravos no Arquipélago da Madeira. Séculos XV-XVII*, Funchal, 544pp, 1989-1990: *Breviário da Vinha e do Vinho na Madeira*, Ponta Delgada, 79pp +115pp, 1987: *O Arquipélago da Madeira no século XV*, Funchal (de colaboração com o Prof. Dr. Luís de Albuquerque). 73Pp, 1987: *O Comércio Inter-Insular (Madeira, Açores e Canárias). Séculos XV-XVII*, Funchal, 228 pp.



Carta anónima datada de 1384.
Coleção Pinelli-Walkenae



Mapa da Atlântida da época clássica.

Passados quase seiscentos anos da ocupação do arquipélago, a questão do (re)descobrimento do arquipélago da Madeira, pelos portugueses, no século XV, ainda não encontrou consensos na documentação e historiografia. Continua a questionar-se o facto de saber se está reservado aos portugueses o primeiro descobrimento destas ilhas, ou se deverá entender-se esta ação do primeiro quartel do século XV como um redescobrimento, feito com base em informações de um descobrimento, desconhecido e anterior, mas cuja informação existiria na Europa mediterrânica, através de relatos e da cartografia. Mesmo assim, podemos afirmar que as informações disponíveis, ainda que muito dispersas, são esclarecedoras quanto ao que realmente terá sido a atividade dos portugueses no arquipélago, sendo o seu mérito unanimemente reconhecido na tradição histórica, quanto ao povoamento e não quanto ao descobrimento. De acordo com a tradição, o

descobrimento do arquipélago teria ocorrido a partir de 1418, quando João Gonçalves, depois conhecido como Zargo ou Zarco, ao comando de uma barca, atingiu a ilha do Porto Santo e, no ano seguinte, a 1 de julho, alcançou a Madeira.

Em torno deste debate, que agora volta a atear-se, por força da propaganda dos 600 anos do descobrimento do Arquipélago, importa salientar que, na atualidade, mais do que procurar respostas para quem, como e quando se descobriu a Madeira, importa, sim, saber qual o conhecimento que havia destas ilhas, desde a Antiguidade até ao momento da chegada dos portugueses, no século XV.

Hoje, parece consensual a ideia de que não se descobriu, porque já era conhecido, mas que se redescobriu, ou melhor dizendo, que se procedeu ao reconhecimento do espaço já conhecido e à sua apropriação jurídica, o que, segundo alguns, pode ser entendido como o descobrimento oficial, em

oposição ao histórico, que terá acontecido em épocas anteriores à da chegada dos portugueses. Também não faz sentido, nem tem qualquer interesse reavivar polémicas do passado, pois o que interessa é evocar os factos que temos a certeza que aconteceram e que marcaram o início da apropriação e valorização deste espaço insular, pelo mundo europeu.

A 8 de setembro de 1460, o infante D. Henrique reclamou o descobrimento das ilhas do arquipélago da Madeira, dizendo: “*novamente achei*”. É de notar a forma como tudo surge na “Relação de Francisco Alcoforado”¹. O autor, depois de referir o descobrimento de Machim, diz que el-Rei ordenou a João Gonçalves Zargo que “... *fose descobrir aquella terra*”.

Tenha-se em conta que quando se diz “novamente” passa-se a ideia de “como pela primeira vez”, o que querará significar que antes não haviam sido encontradas ou se o tivessem sido, delas não ficara rasto na memória coletiva. Esta afirmação contraria a tradição histórica que testemunha o seu conhecimento desde meados do século XIV. Também contradiz os textos da época que apontam uma diversidade de versões para o seu encontro, em época muito anterior ao infante. Sendo assim, como interpretar semelhante intencionalidade? Para muitos, ela prende-se com a disputa em torno das Canárias e da necessidade de preservar a sua posse quando aquelas estavam irremediavelmente perdidas. Aqui, fez-se valer o “*praescriptio longissimo temporis*” do direito romano e, por essa razão, havia que argumentar a prioridade lusitana. Daí resulta uma relação direta entre os dois arquipélagos, nos começos da expansão atlântica.

D. João II, em 1493², é perentório na reclamação dos direitos de posse pelos portugueses da ilha da Madeira, “*porquanto essa ylha não foy de nossos antepassados nem della tiveram dereyto algum dominio ante de ser descoberta y ocupada pello sennor rey nos o bisa vou...*”. Idêntica ideia surge em alguns cronistas, como Jerónimo Dias Leite. Esta mesma argumentação foi aduzida no debate em torno do descobrimento da ilha por Roberto Machim, no século XIV. Para alguns, teriam sido os ingleses a

criar a lenda, no século XVII, para mais facilmente conseguirem a sua posse, como se vinha reclamando no dote da infanta D. Catarina³.

Para além desta polémica que envolveu o descobrimento da Madeira por Machim, há a considerar todo o debate sobre o descobrimento das ilhas, encetado a partir da segunda metade do século XIX. Desde então até hoje, a controvérsia manteve-se, alimentada num número inaudito de publicações. Não há consenso possível, mas, hoje, parece ganhar corpo a ideia de que o descobrimento das ilhas teve lugar em época anterior, sendo a ação dos navegadores portugueses do século XV entendida como reconhecimento, ou como o referem alguns, “descobrimento oficial”⁴.

As dúvidas começam a surgir quando procuramos respostas para os aspetos de pormenor. A eterna questão de quem, como e quando foi descoberto o arquipélago não parece fácil. Os inúmeros estudos sobre o tema lançaram-nos para um mar de dúvidas e incertezas.

As datas exatas do encontro e início do povoamento, situação que serve as efemérides e o empenho da sociedade política, não encontram fácil solução, porque algumas das mais credíveis fontes coevas divergem neste particular. A isto associa-se a dificuldade em identificar os verdadeiros protagonistas: quem ordenou as expedições quatrocentistas e quem as realizou? A tradição, que filia a ideia do encontro quatrocentista, relewa o real protagonismo dos homens da casa do infante D. Henrique (João Gonçalves Zargo aliado de Tristão Vaz), que é como quem diz do próprio infante. De fora, ficam Roberto Machim, os anónimos castelhanos e o incógnito navegador, Afonso Fernandes, referido

1 Edição de Jean Fontvieille, “A lenda de Machim. Une découverte bibliographique à la bibliothèque Musée du Palais Ducal de Bragança à Vila Viçosa (Portugal)”, in *Actas do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos*, vol. III, Lisboa, 1961, pp. 197-238.

2 *Saudades da Terra*, ed. 1873, pp. 675-677.

3 Confronte-se Eduardo PEREIRA, *Ilhas de Zargo*, vol. II, Funchal, 1989, pp. 856-865;.. A Lenda de Machim” in *Congresso do Mundo Português*, vol. m, t. I, Lisboa, 1940, pp. 189-207.

4 Durante muito tempo, discutiu-se o alcance dos seguintes conceitos: reconhecimento, descobrimento e achamento. Veja-se J. VIDAGO, *O conceito da palavra descobrimento no século XVI*, separata n.2 155-156 revista *Vértice*; Gago COUTINHO, *Nautica dos descobrimentos*, vol. II, Lisboa, 1952; Jaime CORTESÃO, .. o que é o descobrimento? “, in *Os descobrimentos portugueses*, vol. IV, Lisboa, 1981, pp. 909-923; Armando CORTESÃO, “*Descobrimento e descobrimentos*”, in *Garcia da Orta*, n.2 especial, 1972, pp. 191-200; Joaquim Barradas de CARVALHO, .. A pré-história e a história das palavras *Descobrir e descobrimento* (1055-1567)- (em busca da especificidade da expansão portuguesa)” in *História*, n.2 6, Lisboa, Abril de 1980, 30-38; Luís de ALBUQUERQUE, .. Algumas reflexões a propósito da palavra descobrimento “, in *Islenha*, n.2 1 (1987), 7-11.



“Tabula Rogeriana” de Al-Idrisi.

Este mapa estava representado ao contrário, o Norte em baixo e o Sul em cima.

apenas por Diogo Gomes⁵. Todavia, para o tema que nos motiva, o mais importante é saber quem ordenou e financiou tais expedições que levaram ao reconhecimento e ocupação da Madeira: o infante D. Henrique ou o rei D. João I? Esta dúvida liga-se a outra, de carácter mais global, sobre o real protagonismo da coroa e da casa do infante nos descobrimentos portugueses. O debate não é novo e tão-pouco deverá considerar-se encerrado neste momento de comemoração do nascimento do infante D. Henrique⁶. Tudo isto foi sustentado por Gomes Eanes de Zurara, com o texto que ficou conhecido por *Crónica de Guiné*. Deste modo, questionou-se a forma de intervenção do monarca e do infante no (re)descobrimento e ocupação do arquipélago.

O infante refere que, desde 1425, participara ativamente neste processo, mas a documentação oficial só o menciona como tal, a partir de 1433, data

em que recebeu, do rei, o direito de posse das mesmas ilhas. Por outro lado, compilando as informações disponíveis, nomeadamente nos cronistas, constata-se que não é fácil perceber até onde chegou o real protagonismo de ambos. Certo, certo, é que, a partir de 1433, o infante D. Henrique atuou de pleno direito nestas ilhas, comandando todo o processo efetivo de povoamento e valorização económica. É, na verdade, a partir da década de trinta que as ilhas passam a assumir importância no contexto dos descobrimentos portugueses. Elas afirmam-se como áreas de cultivo de produtos com alto valor mercantil, caso dos cereais, vinho e açúcar, e porta charneira para a expansão além-Atlântico, uma vez perdidas as esperanças na posse das Canárias. As expedições de D. Fernando de Castro (1424) e António Gonçalves da Câmara (1427) foram inconclusivas para as reais aspirações henriquinas. Ademais, neste processo, as gentes fixadas na Madeira tiveram uma participação ativa⁷, daqui resultando uma ligação que só as represálias inerentes à guerra de Restauração conseguiram alterar. Em 1460, quando o Infante D. Henrique, à beira da morte, declarava os seus últimos desejos, não se esqueceu de enunciar os feitos insulares e o seu empenho no progresso das ilhas, nomeadamente do ponto de vista religioso. Por essa razão, consignou aos madeirenses a obrigação

5 As Relações do descobrimento de Guiné e das Ilhas dos Açores, Madeira e Cabo Verde, sep. do Boletim da Sociedade de Geografia, 1898-1899.

6 Tenha-se em conta as comemorações do IV centenário de sua morte (1960) que teve reflexos evidentes nesta realidade, sendo de realçar a coleção henriquina da responsabilidade de Costa Brochado. Veja-se Duarte LEITE, *Coisas de Vária História*, Lisboa, 1941; António Domingues de Sousa COSTA, *Infante D. Henrique na Expansão Portuguesa*, Braga, 1963 A Madeira não ficou alheia a isto como se pode verificar pelo volume do *Arquivo Histórico de Madeira* (XII-1960-1961). A este propósito é de realçar os textos publicados por Eduardo PEREIRA, *Infante Don Henrique e a Geografia Histórica das capitânias de Madeira* in *AHM*, XII, 21-54; «V Centenário henriquino, Sua projecção na História da Madeira», *AHM*, XIII (1962-1963), 42-70; Ernesto GONÇALVES, “.. o infante e a Madeira”, in *Portugal e a Ilha*, Funchal, 1992, 19-22.

7 Alberto VIEIRA, “O infante Don Henrique e o senhorio de Lanzarote: implicações políticas, sociais e económicas”, in *II Jornadas de História de Lanzarote e Fuerteventura*, tomo I, 1990, 261-274.

perpétua de lhe rezarem uma missa todos os sábados do ano, nas igrejas do arquipélago.

1. OS (RE)DESCOBRIMENTOS E (RE) CONHECIMENTOS DO ARQUIPÉLAGO DA MADEIRA ANTERIORES AO SÉCULO XV

A partir do século VI a. C., diversos testemunhos evidenciam a presença dos povos ribeirinhos do Mediterrâneo nas águas do Atlântico. Cartagineses, Romanos e Árabes preludearam a expansão dos portugueses e castelhanos do século XV.

Hoje, é evidente que o conhecimento do oceano Atlântico pelos povos mediterrânicos é anterior à presença portuguesa. A gesta portuguesa iniciada em 1418, com a primeira viagem à Madeira, teve apenas a função de trazer para o seio da Cristandade Ocidental a revelação deste mundo e não a sua descoberta.

O Atlântico foi considerado, durante muito tempo, o mar das trevas, incapaz de ser sulcado pelas embarcações mediterrânicas. A esta tradição acresce o facto de a navegação por rumo ou à vista da costa não oferecer possibilidade de retorno, tendo em conta as condições dos ventos e das correntes marítimas na costa africana. Estas dificuldades foram superadas com as descobertas dos portugueses no século XV, que permitiram fazer a volta pelo largo.

Para a literatura greco-romana, o oceano era a expressão do bem e do mal. Neste contexto, dominavam visões aterrorizadoras, contrárias à navegação, mas favoráveis à ideia destes espaços como paraíso ou morada dos deuses mitológicos. Para o europeu dos séculos XV e XVI, este espaço tornou-se uma esperança, pois onde os antigos colocaram o paraíso inatingível, os peninsulares descobriram ilhas que se revelaram lugares de grande valor económico.

A historiografia oficial sempre negou a possibilidade destas navegações atlânticas em épocas anteriores ao século XV. No século XV, a disputa entre portugueses e castelhanos pelo domínio do novo espaço oceânico, aliada à ideia de que o direito de posse de novas terras dependeria do facto de serem os primeiros a descobri-las, obrigou a esta defesa da versão oficial do seu descobrimento no século XV. Foi a conjuntura de partilha do continente africano entre as potências europeias que, na segunda metade do

século XIX, trouxe de novo a debate a questão do descobrimento do espaço atlântico.

As ilhas e o litoral africano já eram conhecidos pelos povos da bacia mediterrânica, na Antiguidade, chegando até nós sob a forma de lenda ou relato histórico. As literaturas greco-romana e árabe dão-nos conta de várias ilhas fantásticas que, no século XIV, foram alvo de atenção dos navegadores. À Atlântida, juntou-se a identificação das ilhas Afortunadas, Hespérides, Antília (ou Sete Cidades), S. Brandão e Brasil.

O ARQUIPÉLAGO NA CARTOGRAFIA DOS SÉC. XIV E XV.

A prova cartográfica surge como uma evidente demonstração da existência e conhecimento do espaço, pois resulta, quase sempre, de informações reunidas por cartógrafos com o objetivo de divulgar estas descobertas de carácter geográfico e de tornar mais fácil a navegação. As chamadas cartas portulanos são feitas para uso diário a bordo das embarcações, sendo indispensáveis meios de apoio aos pilotos das embarcações. Daí que, muitas vezes, os pilotos juntavam anotações e informações dispersas sobre o conhecimento dos mares, dos acidentes de costas e ilhas.

Os primeiros portulanos de que temos notícia não fazem referência às ilhas atlânticas, que só aparecem representadas a partir de 1325, mas de forma incipiente, o que poderá ser indicação de fraco conhecimento ou de falta de atenção, sendo desenhadas de forma fantasiosa, quanto ao tamanho e à sua posição geográfica. Assim, no período de 1325 a 1379, a representação das ilhas é feita de forma indiferenciada em termos de latitude e longitude, não havendo qualquer critério que regule a sua representação e localização. Desde 1339, com a carta Dulcert, surgem ilhas desenhadas na posição do atual arquipélago da Madeira, mas apenas em 1370 as ilhas madeirenses surgem representadas numa posição geográfica adequada⁸.

⁸ Para uma relação da cartografia com a representação da Madeira ver: Dória, 1945; Cortesão, 1975; Roncière, Charles de la, *La Découverte de l'Afrique au Moyen Âge. Cartographes et explorateurs*. Ouvrage publié sous les auspices de Sa Majesté Fouad Ier, roi d'Égypte. Tome I : *L'Intérieur du continent* ; tome II : *Le Périple du continent* [Mémoires de la Société royale de géographie d'Égypte, tomes V et VI], Le Caire, Société royale de géographie d'Égypte, 1924-1925.; Kamal, Y., *Monumenta cartographica Africae et Aegypti*, Le Caire, 1926-

A representação cartográfica do arquipélago madeirense é anterior ao reconhecimento e ocupação portuguesa. A partir de meados do século XIV, as ilhas começam a surgir, ainda que de forma imperfeita e com nomes em latim. É evidente a evolução no seu traçado, à medida que aumenta o seu conhecimento, mas tardou muito até que se aproximasse da realidade. A cartografia portuguesa conhecida é da segunda metade do século XV: a carta anónima de cerca de 1471 e as de Jorge de Aguiar (1492) e Pedro Reinel (1483). Encontramos aqui as melhores representações cartográficas do arquipélago madeirense, mas só no século XVI está testemunhado o seu exato conhecimento. Quanto à nomenclatura das ilhas, a aproximação com a atual acontece, pela primeira vez, quanto ao Porto Santo, Selvagens e Desertas, em 1370 e só em 1408 para a Madeira. Os primeiros portulanos de que há notícia não apresentam as ilhas atlânticas. Estas só começam a ser desenhadas a partir de 1325. A partir de 1339, com a carta de Angelino Dulcert, surgem algumas ilhas – Primaria, Caprara e Canaria – na posição da

Madeira. A carta Pizzigani de 1367 coloca aí a legenda “ysola capancia”.

A representação cartográfica do arquipélago começou com o Atlas Mediceo, entre 1351-1357, onde surgem as ilhas de *Porto Scto*, *I. Delo Legname*, *I. Deserte*. O grupo das Selvagens aparece apenas na carta de Abraão Cresques de 1375, com o designativo de *Insule Salvatges*. A partir daqui, o arquipélago é representado em todas as cartas conhecidas da mesma forma. A única nota de realce está na carta de Mecia de Viladestes de 1413, em que o desenho da Madeira se aproxima, pela primeira vez, da configuração real. O Planisfério de Battista Becario de 1426 apresenta todas estas ilhas com a seguinte legenda: *insule de novo reperte* (= ilhas de novo descobertas). O *Porto Santo* surge com a grafia atual, no Atlas de Pinelli-Walckenaer, de cerca de 1384. No caso da Madeira, isto só acontece em 1424, na Carta Pizzigano. A partir do Atlas Medici, é notória a representação correta da posição do grupo de ilhas da Madeira. Note-se que, nas representações posteriores ao seu encontro pelos portugueses, isto é, das cartas Pizzigano (1424) e Bianco (1436), continua a repetir-se o desenho das cartas do século XIV.

OS (RE)DESCOBRIMENTOS E (RE)CONHECIMENTOS DO ARQUIPÉLAGO DA MADEIRA NO SÉCULO XV

Os conceitos “descobrir” e “descobrimento” só entraram na terminologia do século XV, a partir de 1470. Até então usava-se as palavras achar, saber parte de, obter informação. É isso que acontece em Zurara que, relativamente à Madeira, refere sempre “buscar” e “achar”. Este sentido duplo tanto quereria significar conhecimento pela primeira vez, como em segunda mão, isto é, no sentido de revelar que o que se tinha era uma informação vaga e restrita. O descobrimento só acontece quando é aceite e conhecido de todos.

Fontoura da Costa distingue o descobrimento histórico, do oficial. O primeiro fundamenta-se nas informações, mais ou menos vagas, da tradição, enquanto o segundo é o ato de demarcação oficial do achado. O descobrimento dos portugueses foi a revelação de um espaço em termos geográficos e económicos e a sua incorporação no mundo conhecido através da sua representação cartográfica.

1952; Lelewel, J., *La géographie du Moyen Âge, accompagnée d'atlas et des cartes...*, J. Pilliet, Bruxelles, 1852-1857. Sobre a produção cartográfica italiana e catalã: Caraci, G., *Italiani e catalani nella primitiva cartografia nautica medievale*, Istituto de Scienze Geografiche e Cartografiche, Roma, 1959; Cortesão, A., *O problema da origem da carta portulano*, Junta de Investigações Científicas do Ultramar, Coimbra, 1966; Falchetta, P., “Marinai, mercanti, cartografi e pittori. Ricerche sulla cartografia nautica a Venezia (sec. xiv-xv)”, *Ateneo Veneto. Rivista di scienze, lettere ed arti* 183 (1995), pp. 7-109; Llabrés, G., “Los cartógrafos mallorquines del siglo xiv”, *Boletín de la Sociedad Arqueológica Luliana* 2 (1888), pp. 436-465; Llompard, G. i Palou, J. M., “Apunts iconogràfics des del port de Mallorca”, *Cartografia mallorquina*, Diputació de Barcelona, Barcelona, 1995, pp. 71-87; Rey, J. y García Camarero, E., *La cartografia mallorquina*, Departamento de Historia y Filosofía de la Ciencia, C.S.I.C., Madrid, 1960; Rosselló, V. M., “La cartes portolanes mallorquines”, 10è curs. *La cartografia catalana*, Institut Cartogràfic de Catalunya, Barcelona, 2000, pp. 19-115; Rosselló, V. M., *Cartografia històrica dels Països Catalans*, Publicacions de la Universitat de València i Institut d'Estudis Catalans, València, 2008. Cf. pp. 41-93; Rosselló, V. M., “Marees i Atlès català [1375]”, *Cuadernos de Geografía* 86 (2009), pp. 165-182. Woodard, David; Harley, J. B. (ed.) (1987) – *The History of Cartography, Volume One: Cartography in Prehistoric, Ancient, and Medieval Europe and the Mediterranean*. Chicago & London: The University of Chicago Press. Lanman, Jonathan (1987) – *On the Origin of Portolan Charts*. The Hermon Dunlap Smith Center for the History of Cartography. Occasional Publication No. 2.; Kelly, J. (1995) – ‘Perspectives of the origin and uses of Portolan Charts’. *Cartographica*, Vol. 22, No. 3, p.1-15; Gaspar, Joaquim Alves (2010) – ‘From the Portolan Chart of the Mediterranean to the Plane Chart of the Atlantic: Cartometric Analysis and Modelling’, in Baigent, Elizabeth (ed.) (2010) – ‘Doctoral Thesis in Progress’, *Imago Mundi*, 62: 1, 119 - 122; Inácio Guerreiro e Luís de Albuquerque, “Cartografia antiga da Madeira: séculos XIV-XVI”, *Actas do I Colóquio Internacional de História da Madeira*, 1986, I vol., Funchal, 1989, pp.139-141; Armando Cortesão, *O Descobrimento de Porto Santo e da Madeira e o Infante D. Henrique*, Separata da Revista de Universidade de Coimbra, Vol. XXIII, 1973, pp.3-15.

A HISTORIOGRAFIA E AS VERSÕES DOS (RE) DESCOBRIMENTOS E (RE)CONHECIMENTOS DO ARQUIPÉLAGO DA MADEIRA NO SÉCULO XV.

Todos os autores são unânimes em considerar o povoamento do arquipélago como obra portuguesa, tendo como obreiro o infante D. Henrique e, por executor, João Gonçalves Zargo, com ou sem o apoio de Tristão Vaz. Apenas Giulio Landi⁹ é de opinião diferente, afirmando o protagonismo de Machim. A polémica tem lugar quanto à data do descobrimento e à sua autoria. Para uns, as ilhas foram descobertas por portugueses: João Gonçalves com Tristão Vaz, ou Afonso Fernandes. Para outros, foi resultado de uma iniciativa de estrangeiros: castelhanos (o Porto Santo), ou ingleses (Madeira). São assim quatro as versões:

1. Relação de Francisco Alcoforado, que terá sido escrita cerca de 1480, atribui o descobrimento da ilha ao inglês Roberto Machim e o reconhecimento e ocupação aos marinheiros do infante,

No tempo deste Rei Duarte de Inglaterra, houve um nobre inglês afamado de bom cavaleiro a que chamaram de alcunha o Machim, o qual se enamorou de uma dama de alta guisa a que chamavam Ana de Arfet.... Foram-se secretamente a pouco e pouco ter a Bristol onde estavam certas naus de mercadores carregadas para Espanha. Acordaram meterem-se em uma delas e por força fazerem-na à vela e passar-se a França.... Acertou de ventar uma tormenta rija logo se afastou da terra. Como anoiteceu houveram conselho que poderiam sair outras três naus eles que haviam de entender que parariam a França afastaram-se desse caminho esperando ir tomar derradeiras partes de França em Gasconha ou Espanha. E como o piloto e mestre ficaram em terra e os que iam na nau não sabiam do mar, achando o vento próspero correram por onde o vento os levava com todas as velas para não serem alcançados. E poucos dias acharam-se numa ponta de uma terra brava toda coberta de arvoredos até o mar, que ficaram espantados e confusos. Viram uma enseada grande, meteram-se nela e deitaram ancora e botaram o batel fora. Foram ver que terra era, mas não puderam sair em terra com a

quebrança do ar. Foram a uma rocha que entra no mar da banda do nascente, aí saíram bem. A terceira noite depois que chegaram ali, levantou-se um vento tão forte sobre terra que a nau desamarrou-se. Os que estavam dentro deram à vela por onde o vento os levava e em poucos dias foram dar à costa da Berberia. E logo cativos de mouros e levados a Marrocos.... Neste tempo havia em Marrocos muitos cativos entre os quais havia um castelhano bom piloto e bem entendido na arte do mar a que chamavam João de Amores, o qual perguntou aos ingleses que ventura os trouxera ali. Eles lhe contaram miudamente tudo o que atrás fica dito e o piloto lhe perguntou de que porto de Inglaterra partiram e com que tempo e que caminho levaram e em quantos dias foram ter naquela terra nova e quando a nau se desamarrou que caminho trouxera e em quantos dias foram dar à costa. E segundo nos disse depois, tomou tudo na memória e pouco mais ou menos onde esta terra podia estar. Neste tempo faleceu em Castela, o mestre Santiago primeiro muito principal e mandou que por sua alma tirasse muitos cativos e tiraram entre outros o piloto João de Amores.

Então havia guerra entre Portugal e Castela e andava por capitão duma armada João Gonçalves Zarco guardando a costa do Algarve porque faziam nela muito dano os biscoitos. E andando assim topou o navio a costa de Andaluzia que vinha de África com os cativos e tomou-o. O piloto João de Amores como se viu em poder de Cristãos foi-se logo ao capitão e contou-lhe tudo o que tinha sabido dos ingleses e da terra nova que acharam que poderia pertencer a el-rei de Portugal. O capitão folgou muito com o que lhe disse o piloto e lançou mão dele e deixou passar o navio dos cativos e trouxe-o logo ao Infante dom Henrique que estava então em Sagres. Determinado a descobrir a costa de África para baixo, o Infante folgou muito com o que lhe disse João Gonçalves e mandou-o que fosse logo a el-rei a Lisboa com o piloto e proveu a armada de outro capitão e João Gonçalves foi-se logo com o piloto a Lisboa. E fomos logo a ela alguns da sua companhia que foram João Leo e Francisco do Carvalhal e Rui Pais e Álvaro Afonso e alguns homens de Lagos,

⁹ Descrição da ilha da Madeira”, in A Madeira vista por estrangeiros, Funchal, 1981, pp. 79-82.

como foram António Gago e Lourenço Gomes e alguns mancebos marinheiros que andavam na armada.”

[Jean Fontvieille, “A Lenda de Machim- une découverte bibliographique à la Bibliothèque-Musée du Palais Ducal de Bragança à Vila Viçosa (Portugal). Introduction à une étude sur les légendes des Grandes Découvertes Maritimes, aux 15^{ème} et 16^{ème} siècles », Actas do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos, vol. III, Lisboa, 1961, pp. 197-238.]

2. Diogo Gomes considera o feito como iniciativa do piloto português Afonso Fernandes, mantendo o povoamento como uma tarefa henriquina,

“No tempo do infante D. Henrique, uma caravela correndo com tormenta viu uma ilha pequena, a qual está próxima da Madeira que se chama Porto Santo, não povoada. (...) E voltou a caravela anunciando ao infante a terra descoberta, (...). Pouco tempo depois mandou o senhor infante uma caravela para visitar e examinar a ilha descoberta de Porto Santo, onde foi o piloto Afonso Fernandes de Lisboa, e encontraram ela. E passaram além diretamente à ilha agora chamada de Madeira, e perto daí outra ilha agora chamada Deserta. (...)”

[Diogo Gomes, “As Relações do Descobrimento da Guiné e das ilhas dos Açores, Madeira e Cabo Verde”, *Boletim da Sociedade de Geografia*, 1898-1899. ed. de Gabriel Pereira]

3. Gomes Eanes de Zurara (-/1473) atribui a João Gonçalves Zargo e Tristão Vaz a tripla missão de achamento, reconhecimento e ocupação.

“Em casa do Infante havia dois escudeiros nobres de criação daquele senhor, homens mancebos para muito, os quais depois da vinda que o infante fez do descerco de Ceuta,... requereram que os aviasse como pudessem fazer de suas honras, como homens que o muito desejavam, parecendo-lhes que seu tempo era mal disposto se não trabalhassem alguma coisa por seus corpos.

Vendo o infante suas boas vontades lhes

mandou aparelhar uma barca, em que fossem de armada contra os mouros, encaminhando-os como se fossem em busca de terras da Guiné, a qual ele já tinha vontade de mandar buscar. E como Deus queria encaminhar tanto bem para este reino e ainda para outras muitas partes assim que com tempo contrário chegaram na ilha que agora se chama de Porto Santo, que é junto com a ilha da Madeira, na qual pode haver sete léguas em roda.

E tornando dali para o reino falaram sobre isso ao infante contando-lhe a bondade da terra e o desejo que tinham acerca de sua povoação, de que o infante muito prouve, ordenando logo como pudessem haver as coisas que lhe cumpriam para se tomar a dita ilha.

[Gomes Eanes de Zurara, *Crónica de Guiné*, Porto, 1973, pp.345-351]

4. Cadamosto¹⁰ deixa vaga a referência à autoria, sendo claro apenas quanto aos povoadores.

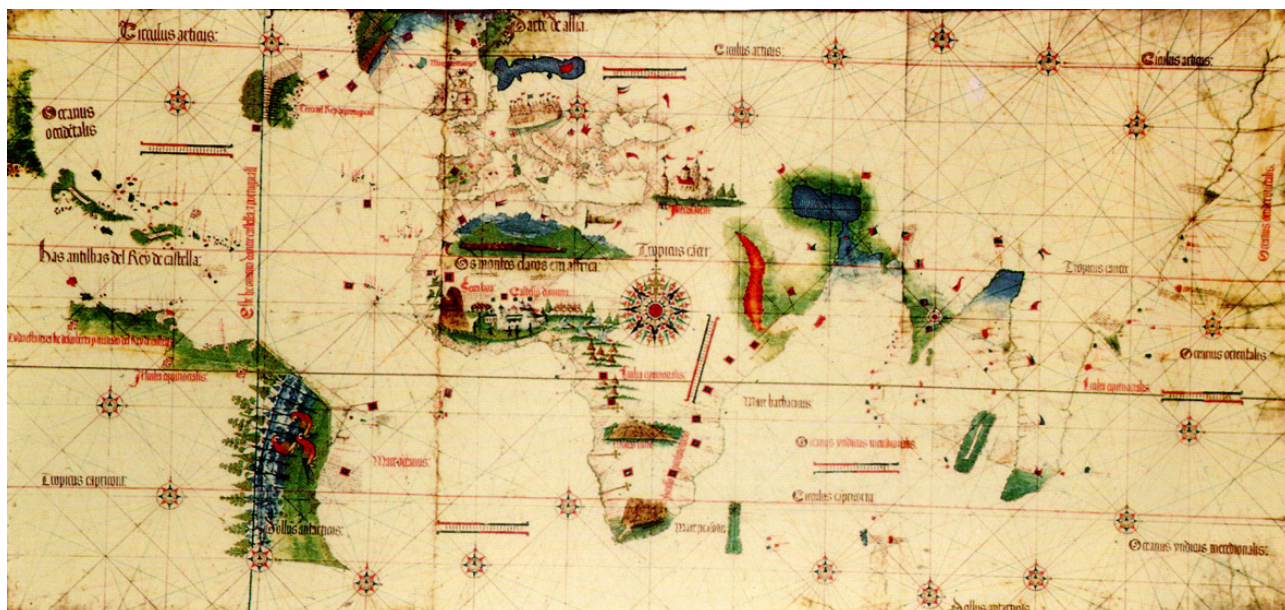
“Esta ilha do Porto Santo (...) foi descoberta há vinte e sete anos pelas caravelas do sobredito senhor infante, que a fez habitar por portugueses. Nunca dantes fora habitada.

Esta ilha da Madeira mandou-a o dito senhor infante só de há vinte e quatro anos para cá, e nunca foi dantes habitada”.

O debate começou no século XIX, tendo, como ponto de partida, o estudo de Álvaro Rodrigues de Azevedo [1873] e deu origem a várias teses sobre o descobrimento da Madeira. Não obstante o vasto número de estudos existentes que, de um ou de outro modo, abordam a questão, é de salientar que todos se orientam de acordo com quatro ideias-base, que resumem toda a informação e fundamento do problema:

TESE TRECENTISTA: os que apresentam ao conhecimento quatrocentista a prova documental e cartográfica do achamento no século XIV. Estes, no entanto, divergem entre si, quanto à autoria das

¹⁰ “Primeira Navegação”, publ. in *A Madeira vista por estrangeiros*, Funchal, 1981, pp. 35-36.



expedições que conduziram ao seu conhecimento. Assim, para uns, a descoberta deveu-se a genoveses, catalães ou venezianos; outros apontam as mesmas expedições, mas ao serviço da coroa portuguesa, o que valoriza a iniciativa nacional deste empreendimento. No último caso, é de destacar a polémica mantida entre M. d' Azevac¹¹ e J. Costa Macedo¹² e o Visconde de Santarém¹³. Em abono da autoria portuguesa do descobrimento temos, em 1894, a opinião de Brito Rebelo¹⁴ que, baseado num documento de 1379, tenta esboçar uma explicação para o topónimo Machico. Segundo ele, teria sido um certo Machico, mestre de barca, quem descobriu a ilha da Madeira, tendo desembarcado no local que mereceu o seu nome.

TESE QUATROCENTISTA: os que argumentam, a partir de Zurara, João de Barros¹⁵ e Gaspar Frutuoso, considerando o arquipélago descoberto pelos portugueses no século XV, e destacam a ação de Zargo e Tristão Vaz e o infante D. Henrique. A sua

formulação e fundamentação foram definidas, a partir de 1873, por Álvaro Rodrigues de Azevedo. Mais tarde, como o quinto centenário do descobrimento da ilha, é retomada por Fernando Augusto da Silva, saindo reforçada em 1960, no momento do quinto centenário da morte do infante D. Henrique, por Eduardo Pereira.

Atente-se ao que diz António Álvaro Dória (1945: 36):

Para os que escreveram no século XVI, e talvez bebessem em fontes hoje desaparecidas ou consultassem alguns navegadores que tivessem conhecido os descobridores, a ilha de Porto Santo foi descoberta por castelhanos, e por indicação dum piloto castelhano prêso por Zarco chega-se ao conhecimento da Madeira (Valentim Fernandes); ou foram descobertas as duas ilhas por Zarco e Tristão, que as colonizaram (Barros, Góis, Gaivão, Frutuoso e Cordeiro); ou foi o próprio Machim o seu descobridor (Manuel Constantino); ou foram portugueses não identificados (Duarte Pacheco e Torriani).

Perante pareceres tão contraditórios, parece lógico atribuir o descobrimento das ilhas aos navegadores a quem o atribui a maioria dos escritores referidos, isto é, a João Gonçalves Zarco e a Tristão Vaz Teixeira.

11 *Iles de l'Afrique*, Paris, 1847; *Notice des découvertes faites au Moyen-Age dans l'océan Atlantique*, Paris, 1845.

12 "Memórias para a História das navegações e descobrimento dos portugueses", in *Memórias da Academia Real de Ciências de Lisboa*, vol. IV, Lisboa, 1819, pp. 1-19; Aditamento à primeira parte da memória sobre as verdadeiras épocas em que principiarão as nossas navegações e descobrimento do oceano Atlântico", in *Memórias da Academia Real de Ciências*, vol. IX, Lisboa, 1831, pp. 177-230.

13 *Memória sobre a prioridade dos descobrimentos portugueses na costa ocidental africana*, Lisboa, 1958.

14 *Livro de Marinharia*, Lisboa, 1903.

15 *Asia*, década I, livro I, caps. II e III.

TESE DE MACHIM: os que defendem, em complemento da segunda tese, que o conhecimento do arquipélago resultou da viagem ocasional de Robert Machim.

É vasta a bibliografia sobre esta tese, sendo, no entanto, poucas as perspectivas aí enunciadas, uma vez que se denota um apego às visões clássicas, quer na afirmativa, quer na sua negação. Neste último caso, a ideia expressa-se de acordo com a enunciação de Álvaro Rodrigues de Azevedo¹⁶ e Eduardo Pereira¹⁷. Assim, em 1873, Álvaro Rodrigues de Azevedo referia já sete perspectivas diferentes desta tese, que, no essencial, se resumem a três opiniões, amplamente divulgadas:

- os que afirmam ser o relato pura lenda, carecendo de fundamento histórico, baseando a sua argumentação nas crónicas coevas;
- os que defendem afincadamente a veracidade do relato, apresentando o necessário fundamento histórico;
- os que perfilham uma opinião eclética, fazendo coincidir as versões anteriores no conhecimento da ilha.

A tese de Machim foi argumentada pela primeira vez, em 1812, por N. C. Pitta¹⁸, a que se seguiu, em 1869, H. Major¹⁹. No entanto, só a partir deste último mereceu a sanha de Álvaro Rodrigues de Azevedo e Camilo Castelo Branco²⁰, que lançaram uma onda de descrédito sobre a aventura de Machim. Na mesma linha, temos o Padre Eduardo Pereira, de forma perentória, que *não colhe a Lenda de Machim com que, por processos velhos de fazer História de histórias, sem documentação nem foros de probidade, ou pelos modernos processos de adulterá-la por ignorância de suas fontes, métodos e base de hipóteses, conjecturas e mistificações, se dá autenticidade ao relato apócrifo de Alcoforado e fraude política de Francisco Manuel de Melo, negando indirectamente o direito de posse & ilha pelos Portugueses, património legítimo e parte integrante do território nacional.* (PEREIRA, 1989: 857)

No século XX, A. G. Rodrigues²¹, Pita Ferreira²² e Armando Cortesão²³ retomaram-na, procurando apagar o descrédito vigente. António Gonçalves Rodrigues preocupa-se em comprovar documentalmente a existência das personalidades envolvidas no relato, através de uma busca nos arquivos ingleses. Pita Ferreira, por seu turno, procura fundamentar a veracidade do relato dado por Francisco Alcoforado e os factos que se relacionam com o achado da cruz apresentado por Robert Page²⁴. Armando Cortesão contraria a crítica dos seus detratores, ao referir que as versões da aventura são todas portuguesas, não sendo razoável a opinião divulgada da sua origem inglesa. Não obstante a intenção destes dois últimos, a questão não é a defesa da descoberta de Machim, mas sim o seu enquadramento no conhecimento trecentista, ou na tradição remota, conforme atestam as fontes greco-romanas.

Damião Peres (1983, 51) afirmava que *Sendo incontestável que as ilhas do Porto Santo e da Madeira foram abordadas por mais de uma vez no decurso do século XIV, bem poderia inserir-se na série dessas viagens de desconhecida autoria a de Machim; mas as incongruências espalhadas nas suas diversas versões comprometem a aceitação dessa possibilidade.*

21 D. Francisco Manuel de Melo e o descobrimento da Madeira, Lisboa, 1935, sep. *Biblos*;.. Machim, Machico, Melo e Madeira”, in *Biblos*, vol. XVI, tomo II, pp. 567--571.

22 *Notas para a História da ilha da Madeira. Descoberta e início do povoamento*, Funchal, 1957; *A relação de Francisco Alcoforado*, Funchal, 1961 (sp. DAHM, n.º 13 1);.. Q Caso Machim à face dos documentos”, in *Das Artes e da História da Madeira*, n.º 25-26-27, 1957.

23 .. o descobrimento do Porto Santo e da Madeira e o Infante D. Henrique”, *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XXIII, 1973, pp. 305-317;.. A História do descobrimento da ilha da Madeira por Roberto Machim em fins do século xrv., in *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XXIII, pp. 292-409.

24 Isto valeu-lhe um ataque cerrado do Visconde do Porto da Cruz (*Revista Portuguesa*, n.º 84) e Eduardo Pereira (.. Adenda”, in *Ilhas de Zargo*, vol. II, pp. 857-865). A resposta do autor surgiu em «*As notas para a História da ilha da Madeira*» no *Pelourinho*, Funchal, 1959. Sobre isto veja-se o que escreveu Álvaro Rodrigues de Azevedo (1873, 419): “Nos fins do mesmo domínio inglez, isto é, em 1814, achou as reliquias da cruz de Machim; e, em 1825, a mandou pôr na mencionada moldura, como refere o rotulo portuguez. Os rótulos não explicam como as taes reliquias da cruz de Machim, que deveriam ser objecto de veneração para o povo de Machico, foram achadas (o que pressuppõe haverem estado ahi perdidas): achadas, e por um inglez, e residente em outro local, e de profissão alheia a explorações archeologicas.” Ainda temos a opinião de Eduardo Pereira (1989, 1:66): “Por simpatia e por consideração aceitou o povo de Machico a cruz lendária para não o contrariar. É um achado arqueológico que, além do pretenso valor da sua qualidade, tem mais o fantástico condão de haver-se conservado, mais de 500 anos debaixo da terra, num subsolo de ribeira frequentemente alagado e húmido (...)”.

16 1873, nota V.

17 “A lenda de Machim”, in *Congresso do Mundo Português*, vol. III, tomo 1, Lisboa, 1940, pp. 188-208.

18 *Account of the island of Madeira*, Londres, 1812.

19 *Vida do Infante D. Henrique*, Lisboa, 1876.

20 *Sentimentalismo e História*, Porto, 1897.

O tema de Machim, por diversas razões, continua a motivar o interesse da historiografia, da poesia e da prosa. Cabral do Nascimento²⁵ perguntava-se: *Se os prosadores aproveitaram o caso dos dois amantes ingleses, incutindo-lhes visos de realidade, que admira que os poetas o tenham desenvolvido por seu turno?* E Mónica Teixeira (2005: 102-103, 215) diz-nos que *Robert Machim e Anne d'Arfet têm suscitado, entre escritores e historiadores regionais e estrangeiros, o mais variado interesse, ao longo de diferentes épocas, não só pelo ineditismo dos seus amores trágicos, como também pela sua probabilidade histórica. (...) o episódio de Robert Machim e de Anne d'Arfet manteve-se sempre vivo no imaginário dos habitantes da Ilha da Madeira, tanto entre os portugueses como nos ingleses*. Tenha-se em conta que este episódio merece a atenção de autores que escrevem em inglês, mas também em português. No quadro da literatura de viagens, dos textos científicos e dos guias turísticos, é um tema recorrente²⁶.

A defesa do descobrimento da ilha por Machim está subjacente à existência e veracidade da relação de Francisco Alcoforado. Para muitos, é uma criação do século XVII e, por isso, carece de fundamento a versão que veicula. Muito se escreveu sobre isto, mas apenas Ernesto Gonçalves²⁷ teve a coragem de avançar com uma análise de crítica interna, onde veio a revelar-nos alguns problemas. Mais recentemente, Luís de Sousa Melo²⁸ retoma este tipo de análise com novos dados. A isto acresce a mais recente apartação de David Pinto Correia que procura enquadrar o relato dentro do panorama literário da época²⁹. Todavia,

este é um percurso ainda inacabado, a merecer redobrada atenção de historiadores e linguistas.

Ernesto Gonçalves afirma que “«*findou*» a «*Relação*» de Francisco Alcoforado da maneira que lhe é própria: vaga, incerta, sem aderência à realidade histórica. Notámos os seus anacronismos, inverosimilhanças e erros. Os anacronismos afastam-na claramente do século XV até a deixarem como escrita por 1580 - ou ainda mais tarde. As inverosimilhanças e erros confirmam que o anónimo seu autor vivia muito depois da epopeia de João Gonçalves Zargo e que assim se socorria de fantasiosas conjecturas ingenuamente apresentadas como certezas”. E remata, afirmando que o autor da «*Relação*» «*conhecia a Madeira, mas não se preocupou com a verdade do que lançava ao papel*».

Já o Padre Manuel Pita Ferreira destaca a importância que assume na história da descoberta da Madeira, mas os autores dividem-se entre os que consideram Machim o descobridor e aqueles que afirmam o episódio ser «uma pura Lenda, sem indícios de verdade». Mas conclui que *Machim não foi o descobridor da ilha, porque a descoberta da Madeira deu-se, com todas as probabilidades, entre 1317 e 1336, se não foi antes. (...) Machim foi apenas um aventureiro que sem conhecer a arte de navegar, veio ter à Madeira, como foram parar ao Porto Santo os frades franciscanos, que Zargo encontrou na viagem de 1420*. (FERREIRA, 1961:41-42)

Segundo refere Isabella de França³⁰, em meados do século XIX, o Palácio de S. Lourenço tinha, em meados do século XIX, uma pintura que relatava o episódio de Machim, junto com outro sobre a ação de João Gonçalves Zargo. Atente-se que mesmo esta autora coloca dúvidas sobre a veracidade do facto:

25 “O Descobrimento da Madeira na Poesia Narrativa”, in *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. 9, n. 2 3, Funchal, Edição Câmara Municipal do Funchal, 1951, p. 169.

26 Cf. Ovington (1696), Combe (1821), Bird (1821), Bowles (1804), Bowdich (1825), Driver (1834), Wilde (1840), Manson (1850), Harcourt (1851), França (1853), Wilkes (1853), Burton (1853), Choules (1854), Wortley (1854), Biddle (1896), Major (1868), Greeff (1872), Embleton (1882), Taylor (1882), Montegazzza (1882), Brarsey (1885), Salgari (1895), Haustein (1928), Newell (1931), Nicholas (1953), Houe (2004). É de salientar que o número de textos em português é menor: Martins (1891), Montes (1939), Castro (1948, 1950), Pestana (1994). É no campo da poesia que mais se faz sentir a presença do tema, que cativa de forma especial os poetas madeirenses. Cf. sobre isto Teixeira (2005).

27 Estudo da “Relação de Francisco Alcoforado”,.. Algo mais acerca da “Relação de Francisco Alcoforado”, in *Portugal e a Ilha*, Funchal, 1992, pp. 235-255, 257-268.

28 o Texto de Francisco Alcoforado”, in *Atlântico*, n.º 5, 1986, pp. 19-26.

29 Da história à literatura - ainda o descobrimento da Madeira”, in *Actas III Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, 1993, pp. 201-206.

30 Esta refere o seguinte: (FRANÇA, 1970, 201-202). No século XX, parece que se perdeu o rasto a estas pinturas. Cf. Monteiro, José Leite, *O Palácio de São Lourenço na Cidade do Funchal, Madeira*, 1050, p.51. Segundo Isabella de França (1970: 201-202) *A primeira porta abre-se para uma sala quadrada com pinturas em toda a volta. Duas delas são vistas do Funchal, tiradas do mar; a terceira representa o acampamento do descobridor Zargo; outra a cidade como era há cem anos, provavelmente na altura em que fizeram o quadro. Outras duas relatam a lenda de Roberto Machim, que se diz ter acontecido no tempo de Eduardo III de Inglaterra: uma é a fuga de Roberto e Ana de Bristol (pintada como uma cidade italiana, com colunas e arcos a beira-mar; estão a embarcar num navio do século XVIII e trajam a moda dessa época). A seguinte mostra a dama expirando nos braços do amante, na baía de Machico, debaixo de uma árvore de dimensões colossais, e um navio velejando ao longe. Ela está de cetim azul e o homem de veludo encarnado, com meias de seda; ambos de cabelo empoadado, e os fatos como no quadro anterior, nada enxovalhados pela viagem*.

Talvez esta lenda não seja conhecida de todos os meus leitores; por isso vou repeti-la aqui. Firma-se apenas na autoridade de um dos cronistas antigos e não dos mais verídicos; mas não existe nela nada de improvável, e como Camões a imortalizou em Os Lusíadas, devemos supor que, se afinal se não verificou, podia muito bem ter sucedido. (França, 1970, 202)

Os dados são evidentes e demonstram que, ao longo da História, a Tradição madeirense conta duas versões distintas da sua História do Descobrimento. Uma que filia nos navegadores portugueses que deram início ao povoamento e que segue a tradição erudita da história oficial e outra que se filia no relato de Machim e que conta o povo e se transmite por via oral, até hoje. Vemos já essa dicotomia de discursos no século XVII, em John Ovington que, ao dissertar sobre a descoberta da Madeira, afirmava: *Esta ilha, conforme informação de bons historiadores foi descoberta por João Gonçalves e Tristão, às ordens de Henrique, Infante de Portugal. Mas os actuais habitantes deram-nos uma versão diferente da sua descoberta. Segundo eles, no ano de 1344, um cavaleiro inglês, tendo casado com uma senhora de grande fortuna e partindo com ela do porto de Bristol para França, arrastado a esta ilha pelo mau tempo e ventos contrários.* (ARAGÃO, 1981: 198). Desta forma, a versão da descoberta de Machim imortalizou-se na tradição oral, e ganhou fama entre poetas e escritores e tendo sido esquecida ou ignorada por historiadores.

MACHIM: no rasto de um nome. Podemos seguir o rasto da identificação de Machim e nota-se uma variedade de pessoas com o apelido Machim, que encontramos em Bristol, como uma história genealógica muito desenvolvida, mas também na Biscaia ou em Flandres³¹. Mas esta informação sobre os Machins é vasta e temos, por exemplo no século XVI, um Machim Fernandes, piloto de um navio, que, em 1522, comerciava na costa da Guiné.³² Valentim Fernandes refere um Machin de Trapana,

corsário, estabelecido Portugal. Temos, ainda, um Machim Fernandes, grumete de uma das naus que acompanharam Tristão da Cunha. (SANTARÉM, 1919, 1: CXII). Nesta época, aparece, ainda, um Machim, mestre entalhador de origem flamenga, que esteve envolvido em obras do cadeirado da igreja de Santa Cruz de Coimbra e no da Sé do Funchal. Também encontramos um topónimo a definir uma fazenda de cacau--mata, a “Ponta do Machim”, na ilha de S. Tomé³³

TESE ECLÉTICA: os que buscam uma opinião de consenso entre as várias fontes e versões, perfilhando soluções intermédias, ou reforçando as dúvidas. Uns procuram conciliar as fontes trecentistas com as que apontam apenas para o século seguinte, concluindo por um processo contínuo de conhecimento ou reconhecimento e divulgação na Europa. Outros, ainda, defendem a ideia de um conhecimento desde tempos antigos. No entanto, concordam, ainda que parcialmente, com as restantes versões, buscando nelas a informação necessária para a sua fundamentação.

Jordão de Freitas³⁴ e João Franco Machado³⁵ procuram conciliar as fontes que atestam um conhecimento trecentista com aquelas que apontam apenas para o século seguinte, concluindo por um processo contínuo de conhecimento ou reconhecimento e divulgação na Europa. Armando Cortesão e J. A. Betencourt³⁶ defendem a ideia do seu conhecimento muito anterior. No entanto, concordam, ainda que parcialmente, com as restantes versões, buscando nelas a informação necessária e esclarecida para a sua fundamentação.

A partir desta informação, consignada nos textos dos cronistas, encontrou a Historiografia os meios para fundamentar a tese do descobrimento do arquipélago. Desde o primeiro estudo de Álvaro Rodrigues de Azevedo (1873) até às mais recentes publicações, podemos estabelecer duas formas de encarar a questão. Para uns, o seu conhecimento

31 Em 1513, o flamengo Machim esculpiu as cadeiras monumentais do coro da Igreja de Santa Cruz, em Coimbra. Cf. John Everaert, *A Flandres e Portugal*, Lisboa, INAPA, 1991, 173; SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, Lisboa, vol. III, 1978, 407.

32 J. B. BALLONG-WEN-MEWUDA, Os entrepostos móveis e as relações com os povos circunvizinhos, in ALBUQUERQUE, Luís de, *Portugal no Mundo*, II, Lisboa, 1989, 110.

33 FERRÃO, J. Mendes, *A Aventura das Plantas e os Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, 1993, p.73

34 *Quando foi descoberta a Madeira*, Lisboa, 1911.

35 o conhecimento dos arquipélagos no século xv, in *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, vol. I, pp. 269-273; “A relação de Francisco Alcoforado”, in *Arquivo Histórico da Marinha*, vol. I, 1936, pp. 317-329.

36 *Descobrimentos, guerras e conquistas dos Portugueses em terras do ultramar nos séculos XV e XVI*, Lisboa, 1881-1882.



Atlas de Lorenzo Medici. 1351

sucedeu no século XIV, como resultado das expedições portuguesas às Canárias, sendo prova disso os portulanos da época, ou a aventura de Roberto Machim. Outros, baseados nos textos de Zurara, João de Barros e Gaspar Frutuoso, afirmam que o descobrimento ocorreu no século quinze, por iniciativa de João Gonçalves Zargo e Tristão Vaz.

Parece-nos ilógico continuar a defender a opinião, embora comumente aceite, do seu primeiro conhecimento em 2 de julho de 1419, por João Gonçalves Zargo e Tristão Vaz Teixeira. À luz do que atrás foi dito, esta carece de fundamento histórico. Além disso, a opinião de Gaspar Frutuoso parece-nos pouco válida, uma vez que o autor relata um facto que não presenciou e que se passara há mais de 160 anos, recorrendo, por isso, à tradição escrita e oral. Por outro lado, o mesmo autor, que serve de fundamento à versão oficial, nos cinco volumes que dedicou à história das ilhas do Atlântico, não apresenta uma certeza do descobrimento

quatrocentista e henriquino, fica-se pela compilação do maior número de versões existentes até à data da sua escrita. E, deste modo, o texto que serviu de base à fundamentação à tese oficial poderá ser utilizado na defesa da descoberta de Machim.

Perante informação tão contraditória, que credibilidade merece uma tese fundamentada apenas numa perspetiva? Que razões encontrou a historiografia do século XIX e princípios do século XX para valorizar a denominada versão oficial? Que motivos levaram a historiografia a alhear-se das fontes coevas, como Zurara, Cadamosto, Francisco Alcoforado, Diogo Gomes e Jerónimo Dias Leite?

AS QUESTÕES DE DEBATE EM TORNO DOS (RE)DESCOBRIMENTOS/ (RE)COMHECIMENTOS DA MADEIRA.

Em torno do debate, há um conjunto de questões que se levantam e que devem ser esclarecidas, de forma a que não subsistam dúvidas sobre o tema.

OS DESCOBRIMENTOS E A DISPUTA PELA POSSE DO ESPAÇO ATLÂNTICO.

Para além dos argumentos, acima aduzidos, pelas diversas informações e dos documentos apresentados em favor de uma diversidade de versões do (re)descobrimento da Madeira, é necessário situar este debate historiográfico dentro da cobiça europeia pelo controlo e posse do oceano atlântico e continente africano, cuja reivindicação passa por diversos momentos entre os séculos XIV e XIX. Portugueses, Espanhóis e Franceses disputam a prioridade no conhecimento destes espaços, como forma de garantir ou reivindicar a sua posse, situação que se torna clara nos séculos XV a XVI e XIX. Em torno desta reivindicação, surge uma historiografia nacional reivindicativa da posse e soberania dos espaços em disputa. Daí termos um discurso historiográfico muito comprometido com estas reivindicações nacionais, quer em Portugal, Espanha ou em França.

Por outro lado, a História testemunha diversas disputas, no sentido da posse dos novos territórios, que persistem no tempo. A primeira disputa tem lugar com a soberania e posse das Canárias. Note-se que o infante D. Henrique não se ficou apenas pela Madeira pois manifestou empenho na conquista de algumas das ilhas das Canárias. Daqui resultou o conflito bélico e diplomático que perdurou até 1479. A questão não era nova, pois arrastava-se já desde o século XIV; novos são os protagonistas e os interesses em jogo. Esta divergência de opiniões e interesses contagiou os cronistas da época e repercutiu-se nas visões veiculadas pela Historiografia peninsular³⁷. A

importância do conflito não se esgota na expressão das ambições dos seus protagonistas, uma vez que se reflete no devir histórico consequente, ao firmar as conexões humanas e comerciais com a Madeira³⁸.

A historiografia peninsular dedicou muitas páginas ao tratamento da questão. A conjuntura histórica em que foram escritos estes textos fez com que se estabelecessem duas perspetivas de análise diferentes, de acordo com a nacionalidade do seu proponente. Por Portugal tivemos, num primeiro momento, José da Costa Macedo e o Visconde de Santarém, a defender a prioridade da descoberta e a legitimidade da soberania lusíada³⁹. Entretanto, a escola historiográfica espanhola, nomeadamente canária, reclama a prioridade e soberania castelhana, como se poderá verificar em Elias Serra Ráfols e Buenaventura Bonnet⁴⁰.

Tudo isto radica na opinião veiculada pelo imaginário nacional, tomada indelével pelos cronistas peninsulares. Assim, em Portugal, os cronistas Gomes Eanes de Zurara, João de Barros, Rui de Pina, Garcia de Resende e Gaspar Frutuoso haviam justificado perante os homens do seu tempo e testemunhavam aos vindouros as razões da reivindicação henriquina⁴¹. Do último, temos

el Atlántico y la rivalidad castelhana-portuguesa hasta el tratado de Tordesilhas, Sevilha, 1948; V. MAGALHÃES GODINHO, *Documentos sobre a expansão portuguesa*, vol. I, Lisboa, págs. 193-206; Ch. VERLINDEN, *uLes découvertes portugaises et la collaboration italienne d'Alphonse IV*”, in *Congresso Internacional de História dos Descobrimentos*, Actas, vol. III, 1961, págs. 593-610; Id., *uLanzarotto Malocello et la découverte portugaise des Canaries*”, in *Revue Belge de Philologie et d'Histoire*, tomo XXXVI, 1958, n.2 4; Id., *uHenri le navigateur et les iles Canaries*”, in *VIII Colóquio de História Canario Americana*, tomo I, Las Palmas, 1991, pp. 39-51; A PÉREZ VOITEREZ, *Problemas jurídicos internacionales de la conquista de Canarias*, La Laguna, 1958; P. E. RUSSEL, *uEl descubrimiento de las Canarias y el debate medieval acerca de los derechos de los príncipes y pueblos paganos*”, in *Revista de História Canária*, tomo XXXVI, 1978, págs. p. 9-32; Id., *uFontes documentais para a História da expansão portuguesa na Guiné nos últimos anos de D. Afonso v.*, in *Do Tempo e da História*, IV, 1971, págs. 5-33; Id., *O Infante D. Henrique e as ilhas Canárias. Uma dimensão mal compreendida da biografia henriquina*, Lisboa, 1979.

38 “Esbozo de un estudio de la influencia portuguesa en la cultura internacional canaria”, in *Homenaje a Elias Serra Ráfols*, I, 1970, pág. 372; idem, *Los portugueses en Canarias. Portuguesismos*, Las Palmas de Gran Canaria, 1991.

39 Cf. Costa BROCHADO, *Historiografos dos Descobrimentos*, Lisboa, 1960.

40 Veja-se os trabalhos publicados na *Revista de História*, da Universidade de La Laguna e *El Museo Canario*.

41 Gomes Eanes de Zurara, *Crónica de Guiné*, Porto, 1973, caps. LXVIII, LXIX, LXXV, LXXIX, XCV; J. de BARROS, *Da Asia*, década primeira, parte primeira, Lisboa, 1973, caps. XI-XIII; Rui de PINA, *Cronique dei rey Dom foham II*, Coimbra, 1950, pág. 26; Garcia de RESENDE, *Crónica de Dom foham II*, Lisboa, 1973, pág. 45; G. FRUTUOSO, *Saudades da Terra*, 1.2 L.2, Ponta Delgada, 1966, cap. IX, págs. 65-76.

37 A Bibliografia é prolixa. Aqui apresentamos aqueles considerados mais importantes: P. MEREIA, *como se sustentaram os direitos de Portugal sobre as Canárias*”, in *Estudos de História de Direito*, Coimbra, 1923, fols. 137 y segs.; E SERRA RÁFOLS, «Portugal en las islas Canarias», in *Congresso do Mundo Português*, vol. III, Lisboa, 1940, págs. 211-241; *Los portugueses en Canárias*, La Laguna, 1941; Id., *uLancelloto Malocello en las islas Canárias*”, in *Congresso Internacional de História dos Descobrimentos*, Actas, vol. III, Lisboa, 1961, págs. 467-478; F. PÉREZ EMBID, *Los Descubrimientos en*

o retrato expressivo deste afrontamento: “... os castelhanos contam com isso doutra maneira que nem *El-Rei de Portugal*, nem o infante D. Henrique, as quiseram largar até chegarem a direito diante do papa Eugénio quarto, veneziano, o qual, vendo isto deu a conquista daquelas ilhas por sentença a *El-Rei D. João de Castela no ano mil quatrocentos e trinta e um, por onde cessou esta contenda das Canárias entre os reis de Portugal e Castela*⁴²”.

A disputa pela posse das ilhas Canárias foi o prelúdio de outras e do confronto de objetivos exclusivistas, bem patententes nos reinos peninsulares. A defesa do *Mare Clausum* e os problemas sucessórios das coroas provocaram o afrontamento entre Portugal e Castela, ao mesmo tempo que catalisaram as atenções da Europa para uma intervenção direta ou indireta no conflito. Tudo começou no mundo insular, pois o seu domínio assegurava a hegemonia e exclusivo das navegações e comércio no Atlântico.

A intervenção do infante D. Henrique, a partir de finais do primeiro quartel do século XV, deu um novo rumo à querela. Com ele, retomou-se a pretensão portuguesa ao domínio e cristianização das Canárias. O alheamento parcial da coroa castelhana favoreceu e reforçou a posição henriquina em face da burguesia andaluza. A esta interessava a posse das Canárias, pelo facto de serem um importante mercado de escravos e materiais corantes e, mesmo, base de apoio para as posteriores incursões no litoral africano⁴³. O monarca de Castela, grato pela intervenção da família de Las Casas, decidiu premiar o seu esforço solicitando, ao papa, em 2 de maio de 1421, a confirmação da posse das ilhas de Gran Canaria, Tenerife, La Gomera e La Palma a Afonso de Las Casas⁴⁴.

Perante isto, ao infante D. Henrique restavam apenas duas alternativas: por um lado, a solução diplomática, fazendo valer os direitos portugueses junto do papado e, por outro, o recurso a uma intervenção bélica, legitimada pelo espírito de cruzada, no sentido de ocupar as ilhas ainda não conquistadas. Assim, tivemos as expedições de D. Fernando de Castro (1424-1440) e de António Gonçalves da Câmara (1427). No âmbito diplomático, as vitórias foram efémeras. A concessão papal, em 1436, do direito de conquista das ilhas não ocupadas por cristãos durou enquanto não surgiu a reação castelhana, isto é, menos de um mês⁴⁵. Todavia, D. Duarte, ignorando as alegações apresentadas pelo bispo de Cartagena ao Concílio de Basileia (1435) e a deliberação papal, prossegue a política de intervenção direta no arquipélago, concedendo ao infante D. Henrique, em 1446, o exclusivo do comércio e navegação⁴⁶. E, para assegurar esta determinação, organizaram-se, no mesmo ano, três expedições.

Em 1448, a questão toma novo rumo com os desentendimentos entre os Betencourts e os Perazas, o que veio favorecer os desejos do Infante D. Henrique. Maciot de Betencourt aceitou a proposta de venda do direito de posse do senhorio da ilha de Lanzarote por 20.000 reais brancos ao ano e alguns interesses na Madeira, para onde se retirou com a família⁴⁷. Com o objetivo de assegurar a posse do senhorio, o infante enviou, em 1440 e 1441, duas armadas, que provocaram imediata reação de Castela, em 1452⁴⁸. A isto, seguiu-se o recurso aos missionários franciscanos, com o intuito de evangelizar os aborígenes⁴⁹. Entretanto, em 1455, o monarca Henrique IV de Castela doa aos Condes de Atouguia e Vila Real o senhorio das ilhas de Canária, Tenerife e Palma⁵⁰. De imediato, a coroa portuguesa solicitou a confirmação papal da referida doação⁵¹. Mas, o monarca castelhano, mediante a reclamação de Fernão de Peraza, teve de voltar atrás na sua palavra.

42 *Ibid.*, pág. 69, O cronista das ilhas deverá referir-se à letra *sincere devotions* de 2 de Maio de 1421 (*Monumenta Henricina*, vol. III, Lisboa, 1961, núm. 8, págs. 14-17) ou então à bula *Romani Pontificis* de 30 de Abril de 1437 que revoga a bula *Rex Regum* de 8 de Setembro de 1436, veja-se *Monumenta Hemicina*, vol. VI, 1964, núm. 21, págs. 41-53; *Ibid.*, vol. V, v.2 90, págs. 214-216; *Ibid.*, n.2 97, págs. 230-234. A *Monumenta Henricina*, 14 vols., Coimbra, 1960-1973, publicada sob os auspícios da Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da morte do Infante dom Henrique é o mais importante repositório de documentação para o estudo das pretensões henriquinas às Canárias.

43 M. A. LADERO QUESADA, “Los señores de Canarias en su contexto sevillano (1403-1477)”, in *Anuario de Estudios Atlánticos*, núm. 23, 1977, págs. 127-128; V. MAGALHÃES GODINHO, “A Economia das Canárias nos séculos XIV e XV”, in *Revista de História*, S. Paulo, 1952. Em 1434 o papa Eugénio IV proíbe pela bula “*Regimini gregis*”. a escravização dos canários (M.H., V, núm. 28, págs. 89-93); núm. 52, págs. 118-123, letras *uacator omnium*, de 17 de dezembro; *ibid.*, núm. 93, págs. 184-185, letras *uoudum nostras* de 13 de janeiro de 1436.

44 M.H., núm. 18, págs. 14-16, concedido na mesma data por 5 anos

pela, vol. III letra *Sincere Devotions*., publ. *ibid.*, núm. 9, págs. 16-17. A 26 de Maio o monarca solicitou a concessão perpétua, veja-se *ibid.*, núm. 10, págs. 17-18.

45 M.H., vol. V, núm. 137, 143.

46 *Ibid.*, IX, núm. 95, págs. 121-123.

47 *Ibid.*, IX, núm. 174, págs. 273-275, 9 de Março de 1448.

48 *Ibid.*, XI, núm. 138, págs. 172-179, 25 de Maio de 1452; *ibid.*, núm. 236, págs. 239-245, 10 de Abril de 1454.

49 *Ibid.*, XII, núm. 144, págs. 30-32, 27 de Maio de 1456; *Ibid.*, XIII, núm. 151, págs. 315-316.

50 *Ibid.*, XIV, págs. 239-332, nota 2.

51 *Ibid.*, XIV, núm. 140, págs. 322-324; *Ibid.*, núm. 145, págs. 318-333.

A proximidade da Madeira ao arquipélago canário, em conjugação com o rápido surto do povoamento e valorização socioeconómica do solo madeirense, orientaram as atenções do madeirense para esta promissora terra. Assim, decorridos apenas 26 anos de povoamento, os colonos madeirenses atuam na disputa pela posse das Canárias ao serviço do Infante. Em 1446, João Gonçalves, sobrinho de João Gonçalves, o Zarco, é enviado pelo infante a Lanzarote como plenipotenciário para firmar o contrato de compra da ilha. Acompanham-no caravelas de Tristão Vaz, capitão donatário em Machico e de Garcia Homem de Sousa, genro de João Gonçalves Zargo⁵². Passados alguns anos, em 1451, o infante enviou nova armada, organizada pelos moradores de Lagos, Lisboa e Madeira, participando nela Rui Gonçalves, filho do donatário do Funchal⁵³. Esta intervenção madeirense na empresa canária criou uma maior aproximação dos dois arquipélagos, ao mesmo tempo que influenciou o traçado de vias de contacto e comércio. Do nosso lado, foi o saque fácil de mão-de-obra escrava para a safra do açúcar e o recurso ao cereal e à carne, necessários à nossa dieta alimentar⁵⁴. Pelas Canárias, foi o recurso à Madeira como porto de abrigo das gentes molestadas, com a conturbada situação que aí se vivia no século XV. Esta corrente emigratória começou com Maciot de Bettencourt. O sobrinho do conquistador de Lanzarote preferiu o sossego da vila do Funchal ao governo da sua ilha⁵⁵. Este foi o primeiro passo de ramificação atlântica desta família normanda⁵⁶. No desterro de Maciot de Bettencourt, acompanharam-no a sua filha Maria e os seus sobrinhos e netos Henrique e Gaspar. Todos eles conseguiram uma

posição de prestígio e avultadas fazendas, mercê do relacionamento matrimonial com as primeiras famílias da Madeira. D. Maria de Bettencourt, por exemplo, casou com Rui Gonçalves da Câmara, filho segundo do capitão do donatário do Funchal.

DESCOBRIMENTO OU DESCOBERTA

– qual o termo correto.

Partindo da ideia de que a atitude dos portugueses não se revela como um ato de descobrimento, mas um reconhecimento, com base em informações disponíveis, importa aclarar algumas dúvidas e afirmar algumas certezas sobre o processo histórico. Importa, também, esclarecer alguns conceitos. Uma profusão de termos define o processo de revelação à Europa das ilhas. Para uns, o que aconteceu foi um descobrimento, não sendo as ilhas dantes conhecidas, o que contradiz os textos e cartografia dos séculos anteriores. Outros, com base nesta informação dispersa, avançam com a ideia de redescobrimento. Num caso ou noutro, valorizando o papel da terminologia e seu significado, o que mais conta em termos do discurso historiográfico foi a atitude de povoar e valorizar economicamente o espaço.

Os conceitos “descobrir” e “descobrimento” só entraram na terminologia do século XV, a partir de 1470. Até então, usava-se as palavras achar, saber parte de, obter informação. É isso que acontece em Zurara que quanto à Madeira refere sempre “buscar” e “achar”. O sentido era duplo, pois tanto quereria significar conhecimento pela primeira vez, como em segunda mão, isto é, no sentido de revelar o que se tinha informação vaga e restrita. O descobrimento só acontece quando é aceite e conhecido de todos. Fontoura da Costa (1940) distingue o descobrimento histórico do oficial. O primeiro fundamenta-se nas informações, mais ou menos vagas, da tradição, enquanto o segundo é o ato de demarcação oficial do achado. O descobrimento dos portugueses foi a revelação de um espaço em termos geográficos e económicos e a sua incorporação no mundo conhecido através da sua representação cartográfica.

A questão do descobrimento do arquipélago da Madeira coloca à partida um aceso debate sobre o que realmente sucedeu no século XV e à

52 A. Artur SARMENTO, ... Madeira & Canárias..., in *Fasquias e Ripas da Madeira*, Funchal, 1931, 13-14.

53 M.H., vol. XI, 172-179.

54 Veja-se L. SIEMENS e L. BARRETO, ... Los esclavos aborígenes canarios en la isla de la Madera (1455-1505)... in *Anuario de Estudios Atlánticos*, núm. 20, 1974, págs. 111-143 e o nosso estudo.. o Comércio de cereais das Canárias para a Madeira nos séculos XVI e XVII, in *Colóquio de História Canário Americana* (1984), Las Palmas, 1988.

55 G. FRUTUOSO, *Saudades da Terra*, L.º I, Ponta Delgada, 1966, 69; *ibid.*, L.2 IV, vol. II, Ponta Delgada, 1981, pág. 263; J. Dias LEITE, *Descobrimento da ilha da Madeira...*, Coimbra, 1947, pág. 32; M.H., vol. IX, núm. 174, págs. 273-275.

56 G. FRUTUOSO, *Ob. cit.*, L.º IV, vol. I, Ponta Delgada, 1977, págs. 103-113; F. Augusto da SILVA, “Bettencourt...”, in *Elucidário Madeirense*, vol. I, Funchal, 1984, 138-139; H. Henriques DE NORONHA, *Nobiliário Genealógico das famílias que passaram a viver esta ilha da Madeira...*, vol. I, S. Paulo, 1947, 51-74; *Nobiliário de Canarias*, tomo I, La Laguna, 1952, págs. 595-600; L. DE LA ROSA OLIVEIRA, uLos Bettencourt en Las Canarias y en América..., in A. E. A. núm. 2, págs. 130-135.

data em que isto teve lugar. Mas, primeiro, há que precisar os conceitos: no primeiro quartel do século XV, não era comum a palavra descoberta, mas sim descobrimento, palavra esta documentada a partir de 1470. E alguns dos cronistas que referem o acontecimento falam em “achar”. Tudo isto tem a ver com o fato de se considerar que as ilhas eram dantes conhecidas e que teria sido com base nessa informação que os portugueses as encontraram e iniciaram o processo de povoamento.

Vejamos o que dizem os mais antigos textos da historiografia dos descobrimentos. Gomes Eanes de Zurara (1410-1474), em “Crónica do Descobrimento e Conquista de Guiné” (1453), um panegírico do infante D. Henrique, refere a intenção de “mandar buscar”, referindo depois que “chegaram na ilha que agora se chama Porto Santo”. Depois “leixaram essa ilha e passaram-se a outra de Madeira”.

“Em casa do Infante havia dois escudeiros nobres de criação daquele senhor, homens mancebos para muito, os quais depois da vinda que o infante fez do descerco de Ceuta,... requereram que os aviasse como pudessem fazer de suas honras, como homens que o muito desejavam, parecendo-lhes que seu tempo era mal disposto se não trabalhassem alguma coisa por seus corpos.

Vendo o infante suas boas vontades lhes mandou aparelhar uma barca, em que fossem de armada contra os mouros, encaminhando-os como se fossem em busca de terras da Guiné, a qual ele já tinha vontade de mandar buscar. E como Deus queria encaminhar tanto bem para este reino e ainda para outras muitas partes assim que com tempo contrário chegaram na ilha que agora se chama de Porto Santo, que é junto com a ilha da Madeira, na qual pode haver sete léguas em roda.

E tornando dali para o reino falaram sobre isso ao infante contando-lhe a bondade da terra e o desejo que tinham acerca de sua povoação, de que o infante muito prouve, ordenando logo como pudessem haver as coisas que lhe cumpriam para se tomar a dita ilha.

[Gomes Eanes de Zurara, *Crónica de Guiné*, Porto, 1973, pp.345-351]

Diogo Gomes de Sintra (c. 1402-1420? – c. 1502), em “*De prima inuentione Guinee*” (“Acerca do primeiro Descobrimento da Guiné”), também conhecida como “Relação de Diogo Gomes”, refere que uma caravela “*viu uma ilha pequena... que se chama agora porto Santo*”.

No tempo do infante D. Henrique, uma caravela correndo com tormenta viu uma ilha pequena, a qual está próxima da Madeira que se chama Porto Santo, não povoada. (...) E voltou a caravela anunciando ao infante a terra descoberta, (...).

Pouco tempo depois mandou o senhor infante uma caravela para visitar e examinar a ilha descoberta de Porto Santo, onde foi o piloto Afonso Fernandes de Lisboa, e encontraram ela. E passaram além diretamente à ilha agora chamada de Madeira, e perto daí outra ilha agora chamada Deserta. (...)

[Diogo Gomes, “As Relações do Descobrimento da Guiné e das ilhas dos Açores, Madeira e Cabo Verde”, Boletim da Sociedade de Geografia, 1898-1899. ed. de Gabriel Pereira]

Já Duarte Pacheco Pereira⁵⁷ (1460-1533), no *Esmeraldo de Situ Orbis*, escrito cerca de 1506, refere que o infante D. Henrique “*mandou descobrir ha ilha da Madeira*”. E depois conclui que o mesmo infante “*descobriu a ilha da Madeira no ano de nosso senhor de mil CCCCXX*”. Damião de Góis (1503-1574) em a “Crónica do Príncipe D. João II”⁵⁸ de 1567, refere que o infante mandou a descobrir terras e encontraram, primeiro o Porto Santo e depois a Madeira.

Apenas António Galvão (c. 1490-1557), no *tratado dos descobrimentos*⁵⁹, publicado em 1567 é o primeiro a referir o descobrimento da Madeira por Roberto Machim. Já o madeirense Jerónimo Dias Leite (1538-1599) escreveu, na década de setenta do século XVI, uma crónica da ilha da Madeira, onde refere o Descobrimento, mantendo a tradição do descobrimento por Machim.

Em finais do século XVI, Gaspar Frutuoso compila a informação sobre os descobrimentos da ilha. A ideia de descobrimento é entendida de

⁵⁷ *Emeraldo de situ orbis*, ed. 1975, pp. 14, 97-98.

⁵⁸ *Crónica do príncipe D. João*, Coimbra, 1790, cap. VIII, pp. 13-14.

⁵⁹ *Tratado dos descobrimentos antigos e modernos*, Porto, 1944, pp. 82-83, 114-119.

forma diversa. Depois de descrever a viagem de João Gonçalves Zargo, na sequência da versão do descobrimento de Machim, refere a receção, em Lisboa, aos navegadores:

(...) e, com a nova certa do descobrimento da nova ilha, em poucos dias chegaram a Lisboa, onde, sabida por el-Rei a certeza deste caso e visto as águas, terra e pais da ilha tão fresca e graciosa, como lhe davam por nova, houve muito prazer do que o capitão João Gonçalves tinha descoberto e o recebeu com muita honra, (...)//

E por João Gonçalves, o Zargo, descobrir tão grande e rica ilha, e tão proveitosa ao Regno, como, então, parecia por sua grandeza e clima, e pelas mostras que dela se traziam, querendo el-Rei Dom João de Boa Memória, o primeiro do nome, que neste tempo em Portugal reinava, galardoar um serviço tão grande, como este capitão neste descobrimento lhe fizera, além dos muitos que dele tinha recebidos, o fez fidalgo de sua casa, dando-lhe em seu braço de armas, em um escudo de campo verde, uma torre de homenagem com uma cruz de ouro mais rica que a da sepultura de Machim, no cimo, e com dois lobos marinhos encostados a ela, que parece que querem trepar ao cume da torre, com seu paquife e folhagens vermelhas e verdes, e por timbre das armas um lobo, também marinho, assentado em cima do paquife.

(FRUTUOSO, 1979, 51-52)

De certeza que esta ideia de descobrimento é bem diferente da que costumamos pensar. É óbvio que as ilhas já eram conhecidas à chegada dos portugueses e que esse reconhecimento está devidamente documentado, quer em relatos, quer na cartografia, partindo os portugueses desse legado para delinear, de forma adequada, o caminho de posse e povoamento das terras que abriu os caminhos para Sul do Cabo Bojador. A questão que lança mais dúvidas refere-se ao facto de os textos mais antigos referirem apenas as expedições portuguesas e, só a partir da segunda metade do século XVI, surgirem diferentes versões do descobrimento das ilhas. Mas isto não será alheio a uma estratégia de defesa da posse portuguesa, reivindicada perante o papado

e as coroas europeias, baseada na ideia de quem primeiro as descobriu.

Quanto à precisão dos termos, deveremos ter em conta os estudos de Joaquim Barradas de Carvalho (1979) e Luís de Albuquerque (1987). E deveremos ater-nos aos significados que os termos tinham na época e não hoje. Por outro lado, é necessário ter em conta de que a ideia de descobrir, tendo em conta que o mundo habitado não era apenas a Europa, parte de uma visão europocêntrica do Mundo, que após as comemorações do século XX, nomeadamente as referentes a Colombo, mereceram acesa contestação e implicam uma revisão do discurso historiográfico, que deixa de assentar na ideia de descobrimento, mas aposta numa outra ideia de encontro de mundos e culturas. No caso da Madeira, acontece ainda o facto de haver uma tradição de conhecimento do arquipélago, que começa muito antes da chegada dos portugueses e que obriga a rever todas as hipóteses de descobrimento, o que parecerá mais correto o uso do termo reconhecimento, aqui entendido como uma atitude de apropriação jurídica do espaço para a coroa portuguesa e que não obriga a uma revelação de algo desconhecido dos humanos. O que acontece é que os cronistas que, no decurso do século XV, escrevem sobre o processo fixam uma visão oficial da descoberta, para consolidar a defesa da sua posse, face a possíveis reclamações por outros povos e navegadores. Tenha-se em linha de conta as disputas que se atearam com os castelhanos que tiveram resolução com os tratados de Alcáçovas/Toledo (1479-80) e de Tordesilhas (1494). Por outro lado, não podemos esquecer outro momento de debate no século XIX, por força da reivindicação da partilha do continente africano, que leva à intervenção de franceses no confronto com os portugueses quanto à apropriação dos descobrimentos da costa africana.



AS DATAS DO (RE)DESCOBRIMENTO.

Uma dúvida que sempre subsiste prende-se com a data exata do chamado descobrimento oficial do arquipélago. Não existe consenso quanto a esta data. A de 1 de julho de 1419, que dá origem ao dia da Região, tem a ver com a afirmação de Gaspar Frutuoso, açoriano que escreveu o *Livro Segundo das Saudades da Terra* na década de noventa do século XVI. Mas não existe consenso nos textos mais antigos, disponíveis quanto à data exata do descobrimento dito oficial pelos portugueses. Esta data é questionável à luz do calendário, uma vez que, em 1419, o dia 2 de julho não foi um domingo, como o pretende afirmar Gaspar Frutuoso. Em 1590, uma das datas apontadas para a redação do livro de Gaspar Frutuoso sobre a Madeira, o dia 2 de julho coincidiu com um domingo, o que poderá ter levado o autor a semelhante equívoco. Ainda, de acordo com um documento de 1813 o 10 de agosto é o “*dia celebre na mesma ilha por ser aniversario do seu descobrimento*”.

São três os anos apontados pelos diversos textos

clássicos que conhecemos sobre o descobrimento pelos portugueses do arquipélago: 1418, 1419 e 1420. A data de 1419 apresenta consenso em alguma documentação oficial. Assim, em 1499⁶⁰, D. Diogo Pinheiro, vigário de Tomar, afirma “*poderá haver bem oytenta anos que a a dicta ilha era achada pouco mais ou menos e se começara a povoar*”, portanto em 1419. Depois, numa vereação do município funchalense de 27 de agosto de 1519, refere-se ao início do povoamento há 100 anos atrás, o que poderá remeter, quando entendido à letra, para um descobrimento a 27 de agosto de 1419.

A falta de consensos nos cronistas e na documentação disponível, quanto ao ano exato do descobrimento da Madeira, implica que deveremos ter uma atitude aberta valorizando, em simultâneo, os atos de descobrir/redescobrir e o povoamento. Além disso, devemos ter em atenção que, neste momento, poucos acreditam que o descobrimento tenha sido concretizado pelos portugueses. Hoje, parece ser consensual na Historiografia que, aos portugueses,

60 ANTT, Cabido da Sé do Funchal, maço 1, n.º 1, 20 de Fevereiro 1499.

se deve atribuir o mérito do reconhecimento (ou, se quiserem, redescobrimento). Mas o que ninguém lhes tira o mérito é do processo de ocupação do espaço, que deverá ter acontecido, ainda com divergências, por diversos autores, em 1420.

Perante esta dificuldade em encontrar uma data mais adequada e consensual, no passado e presente, para celebrar os seiscentos anos do reconhecimento/povoamento do arquipélago da Madeira, e sem querer promover polémicas, que nunca levam a nada, será acertado distribuir as celebrações por três datas: 1418, 1419 e 1420, o que equivale a dizer que as comemorações deverão ser iniciadas em 2018 e finalizadas em 2020, tendo-se três momentos diversos desta evocação.

O DIA DO (RE)DESCOBRIMENTO DA MADEIRA?

De acordo com a tradição, o descobrimento do arquipélago teria ocorrido a partir de 1418, quando João Gonçalves Zargo, ao comando de uma barca, atingiu a ilha do Porto Santo. E, no ano imediato, a 1 de julho, alcançou a Madeira, desembarcando numa Baía, que recebeu o nome de Machico.

A legitimação da posse portuguesa, de acordo com o direito vigente, só poderia ser alcançada pela ausência de referências do seu conhecimento por outros povos. Por isso, em 8 de setembro de 1460, o infante D. Henrique, na qualidade de senhor das ilhas do arquipélago da Madeira, dava a entender o seu protagonismo neste descobrimento com a seguinte expressão: “... *novamente achei*”. Novamente, é aqui entendido como “pela primeira vez”, uma vez que antes não haviam sido encontradas ou, se o foram, delas não ficou rastro na memória escrita e coletiva. A prioridade portuguesa é ainda reafirmada em 1493 pelo próprio Rei, D. João II: *porquanto essa ilha não foi de nossos antepassados nem dela tiveram direito algum ou domínio antes de ser descoberta e ocupada pelo senhor rei nosso bisavô...*

Os textos historiográficos do século XVI não são unânimes quanto a isto, sendo possível reunir uma diversidade de versões, muitas delas contrárias à oficial, defendida pelo infante e a coroa. Francisco Alcoforado, o primeiro cronista do descobrimento, refere que Machim e companheiros, ao depararem-se com a Madeira, entenderam “*que era terra nova puseram em vontade pedirem aos reis de Espanha*”,

talvez, pensando na proximidade à Tingitânia que de direito lhes pertencia.

A forma de organização do processo é-nos apresentada em Zurara⁶¹, que refere quatro expedições à ilha antes que o infante ordenasse o envio dos primeiros colonos e clérigos para o arranque da ocupação e aproveitamento económico. A mesma ideia surge na Relação de Francisco Alcoforado:

1. Dezembro 1418: primeira viagem de reconhecimento do Porto Santo,
2. Princípio de 1419: segunda viagem ao Porto Santo,
3. Junho de 1419: primeira viagem à Madeira,
4. Maio de 1420: segunda viagem à Madeira.

OS (RE)DESCOBRIDORES DO ARQUIPÉLAGO

O descobrimento da Madeira, tal como Gaspar Frutuoso o apresenta, embora considerado como uma verdade adquirida e intransponível, carece de fundamentação e merece, à luz da crítica histórica, inúmeros reparos. Estamos perante uma opção oitocentista que teve como base os testemunhos dos cronistas dos séculos XV e XVI mais divulgados e que possibilitam a fundamentação desta tese oficial, isto é, autores como Gomes Eanes de Zurara, João de Barros, Gaspar Frutuoso.

É de salientar que todas as demais fontes que contrariam esta visão foram ignoradas, como aconteceu com os textos de Cadamosto, Duarte Pacheco Pereira, Damião de Góis, Valentim Fernandes e António Galvão, ou então vilipendiadas, como sucedeu com o relato de Francisco Alcoforado, D. Francisco Manuel de Melo, Giulio Landi e Manuel Constantino.

Na atualidade, com a revelação de algumas fontes, como o texto de Francisco Alcoforado (1878--1961), de Jerónimo Dias Leite (1947) e o aparecimento de novos dados, é tarefa urgente reformular o ideário subjacente ao descobrimento da ilha. Eis uma síntese das nossas conclusões.

Todos os autores referenciados são unânimes em considerar o povoamento do arquipélago como obra portuguesa, tendo como obreiro o infante D.

61 Crónica de Guiné, Porto, 1937, cap. CXXXII, pp. 189-196.

Henrique e por executor João Gonçalves Zargo, com ou sem o apoio de Tristão Vaz. Apenas Giulio Landi tem opinião diferente, pois para ele tudo terá sido feito por Machim. A polémica tem lugar quanto à data do descobrimento e à sua autoria. Para uns, as ilhas foram descobertas por portugueses: João Gonçalves Zargo com Tristão Vaz, ou Afonso Fernandes. Para outros, esta é da iniciativa de estrangeiros: castelhanos (o Porto Santo), ou ingleses (Madeira).

Podemos afirmar que existem quatro versões coevas, que serviram de base a todas as restantes:

1. A Relação de Francisco Alcoforado atribui o descobrimento da ilha ao inglês Robert Machim e o reconhecimento aos portugueses;
2. A Relação de Diogo Gomes⁶² apresenta o descobrimento como sendo de iniciativa do piloto português Afonso Fernandes e o povoamento a João Gonçalves Zargo e Tristão Vaz;
3. Zurara atribui a João Gonçalves Zargo e Tristão Vaz o achamento das ilhas, bem como o seu reconhecimento e povoamento;
4. Cadamosto aponta o descobrimento pelos homens do infante D. Henrique e o seu povoamento por João Gonçalves Zargo e Tristão Vaz.

É a estas quatro versões-base que a Historiografia vai buscar os argumentos para a defesa das múltiplas teorias que se colocam. Neste contexto, merecem a nossa atenção os textos de João de Barros e Gaspar Frutuoso. Ambos foram e continuam a ser o principal sustentáculo da tese oficial do descobrimento henriquino. Os seus arautos, aproveitando-se das lacunas do texto de Zurara, afinam pela visão posterior de Barros, repetida com grande evidência em Frutuoso. No entanto, quanto a este último, apenas o fazem de modo parcelar, uma vez que ignoram todas as outras versões aí compiladas. A divulgação de fontes inéditas, que apresentam argumentos contraditórios desta versão, não os convencem, pois tudo o que o contrariasse era considerado como falso ou apócrifo.

62 “As Relações do descobrimento da Guiné e das ilhas dos Açores, Madeira e Cabo Verde”, in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 1898-1899, pp. 25-28.

A QUEM ATRIBUIR O COMANDO DO DESCOBRIMENTO E POVOAMENTO DA MADEIRA: O REI OU O INFANTE?

A tradição, que filia a ideia do encontro quatrocentista, releva o protagonismo dos homens da casa do infante D. Henrique (João Gonçalves Zargo aliado de Tristão Vaz), que é como quem diz do próprio infante. De fora, ficam Roberto Machim, os anónimos castelhanos e o incógnito navegador, Afonso Fernandes, referido apenas por Diogo Gomes⁶³. Uma das questões mais debatidas nos primórdios da História da Madeira prende-se com o real protagonismo do rei e do infante D. Henrique, no processo de (re)descobrimento e ocupação das ilhas do arquipélago⁶⁴.

A leitura das crónicas coevas e quasi-coevas leva-nos a concluir que tudo começou sob a orientação da coroa. De acordo com a “relação de Francisco Alcoforado⁶⁵, o infante ordenou a João Gonçalves Zargo (...) *fosse logo a El Rey a Lisboa*” e foi o rei quem mandou preparar as embarcações para a viagem de reconhecimento da ilha; *mandoulhe ell Rey fazer prestes hum navjo e hum barynel...*”, no regresso ao reino, *levou ell Rey muyto prazer do que tynha João Gez feito...*”. Depois, tivemos o povoamento; *uno verão syguinte na etrada de Mayo mandou el Rey fazer prestes três navjos (...) e as que ouveses devedor mandou ell Rey dar os omeziados e comdenados que ouvese palas cadeas e reynos (...) Ell Rey cada verão mandava navjos e ferro e aço e sementes e gados (...)*.

O próprio infante D. Henrique testemunha este real protagonismo de seu pai, ao afirmar, em 1460, que «*Por serviço de El Rey meu senhor e padre de virtuosa memória, (...) comecei a povoar a minha ilha de Madeira haverá ora: xxxb anos, E assim mesmo a de Porto Santo E dessy prosseguindo a deserta (...)*”. Todavia, esta ideia contrasta com outra veiculada pelo próprio infante nas cartas de doação das capitânias de Madeira e Porto Santo. Em 1440, ao conceder a posse da capitania de Machico a Tristão Vaz, ele

63 *As Relações do descobrimento de Guiné e das ilhas dos Açores, Madeira e Cabo Verde*, sep. do Boletim da Sociedade de Geografia, 1898-1899.

64 Confronte-se Vitorino Magalhães GODINHO, *Os Descobrimentos Portugueses e a Economia mundial*, vol. II, Lisboa, 1982, p. 232. Aí releva-se a ação de João Afonso, vedar da Fazenda.

65 Utilizamos a versão publicada em 1961 por Jean FONTVIEILLE. Publicada: “A Lenda de Machim (...)” in *Actas do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos*, III, Lisboa, 1961, 197-238.

declara que este havia sido *um dos primeiros que por seu mandado fora povoar as ditas ilhas*. O mesmo surge quanto ao Porto Santo em 1446 e ao Funchal em 1450. Neste último caso, o infante considera João Gonçalves Zargo como *O primeiro que por seu mandado povoara a ilha*.

Em 1443, D. Duarte reclamava a sua intervenção referindo as ilhas «que agora novamente o dito infante *per nossa autoridade pobra*. Mas, já o rei D. Afonso V, em 1454, tem outra opinião, ao afirmar que *por serviço de Deus e nosso conquistou e povoou* as ilhas de Madeira e Porto Santo. Esta ideia é expressa, mais tarde, pelo capitão do Funchal, Simão Gonçalves da Câmara: *esta ilha era uma horta do senhor infante e ele pôs e trouxe a semente e plantou estas canas e a deu a toda a ilha à sua própria custa (...)*⁶⁶.

Uma das questões mais debatidas nos primórdios da História da Madeira prende-se com o protagonismo do rei D. João I e do infante D. Henrique no processo de (re)descobrimento e ocupação das ilhas do arquipélago.

A leitura das crónicas leva-nos a concluir que tudo começou sob a orientação da coroa. De todas, a mais esclarecedora é a “Relação de Francisco Alcoforado” que diz ter o infante ordenado a João Gonçalves que *“fosse logo a El Rei a Lisboa”*. E foi o rei quem mandou preparar as embarcações para a viagem de reconhecimento da ilha como depois do povoamento. Em 1443, D. Duarte reclamava a sua intervenção referindo as ilhas *“que agora novamente o dito infante per nossa autoridade povoa”*.

D. Afonso V, em 1454, tem outra opinião ao afirmar que *“por serviço de Deus e nosso conquistou e povoou”* as ilhas de Madeira e Porto Santo. Em 1461, reafirma que João Gonçalves fora o primeiro povoador aí enviado pelo infante. Esta ideia é expressa, mais tarde, pelo capitão do Funchal, Simão Gonçalves da Câmara: *“esta ilha era uma horta do senhor infante e ele pôs e trouxe a semente e plantou estas canas e a deu a toda a ilha à sua própria custa (...)”*. Isto contraria a ideia defendida por alguns de que a coordenação desta tarefa pertenceu ao rei, por intermédio do vedor da fazenda João Afonso.

De concreto apenas se sabe que foi no uso dos plenos poderes conferidos pela doação de 1433 que o infante D. Henrique distribuiu, a partir de 1440, as

terras do arquipélago àqueles que haviam procedido ao reconhecimento delas e que seriam os seus capitães.

Se o descobrimento do arquipélago está envolvido em polémica quanto à data e à atribuição da sua autoria, o povoamento é ponto assente que foi feito pelos portugueses. Os testemunhos dos cronistas são evidentes quanto ao facto da inexistência de população sob o solo madeirense. Assim, para além das referências à abordagem do Porto Santo por castelhanos, vindos das Canárias, e da presença de Machim na baía de Machico, nada mais indicava uma preocupação anterior de humanização das ilhas. Cadamosto afirma *“que fora até então desconhecida”* e que *“nunca dantes fora habitada”*. Idêntica é a opinião de Jerónimo Dias Leite⁶⁷, perentório em afirmar que, perante os navegadores, se apresentava uma *“terra brava e nova, nunca lavrada, nem conhecida desde o princípio do mundo até aquela hora”*. Desta forma, o empenho das gentes e autoridades peninsulares, aliado ao investimento e experiência italiana, contribuíram para que, em pouco tempo, na Madeira, a densa floresta desse lugar a extensas clareiras de arroteamento. De acordo com as crónicas quatrocentistas e quinhentistas, o processo foi faseado, a partir de 1419. Zurara refere quatro expedições à ilha, antes que o infante ordenasse o envio dos primeiros colonos e clérigos para o arranque do seu aproveitamento. A mesma ideia surge na “Relação de Francisco Alcoforado”. O Pe. Manuel Juvenal Pita Ferreira⁶⁸ especifica melhor as quatro viagens: dezembro 1418⁶⁹ e princípio de 1419, ao Porto Santo; junho de 1419 e maio de 1420, à Madeira. Se tivermos em consideração as condições em que tais viagens se faziam, torna-se compreensível a necessidade de quatro anos para o seu reconhecimento e ocupação efetiva.

É de salientar que o povoamento e valorização económica da Madeira, nos primórdios da expansão atlântica, foi ao encontro das solicitações da conjuntura interna do Reino e do espaço oriental atlântico. No primeiro caso, a ilha surge como resposta à disputa das Canárias e à ingente necessidade de

67 *Descobrimento da Ilha da Madeira (...)*, Coimbra, 1957, 9.

68 *Notas para a História de Madeira. I. Descoberta e início do povoamento*, Funchal, 1957.

69 Note-se que Jordão de FREITAS (Madeira, Porto Santo e Deserta. Ilhas que o infante “novamente achou e povoou”, in C.M.P., Vol. III, T.1, Lisboa, 1940, 169-172). Considera que a primeira viagem só teve lugar em 1419.

66 ANTT, C.C., parte I, maço 27, doe. 22, carta régia

encontrar um ponto de apoio para as operações do litoral africano. Zurara faz disso eco, ao referir que as embarcações portuguesas faziam escala obrigatória na Madeira, onde se proviam de *virtualha... porque havia aí abundância de mantimentos*⁷⁰.

Para os cronistas, tudo começou no verão de 1420. O monarca ordenou o envio de uma expedição comandada por João Gonçalves Zargo para iniciar a ocupação da ilha. Acompanhavam-no Tristão Vaz Teixeira, Bartolomeu Perestrelo, alguns homiziados que *querião buscar vida e ventura forão muitos, os mais delles do Algarve*⁷¹. Esta última expressão levou a que alguns, sem prova documental plausível, afirmassem que o povoamento da Madeira foi feito por Algarvios, quando é certo e sabido a vinculação da ilha ao Norte de Portugal⁷².

De acordo com o capítulo de uma carta régia⁷³, João Gonçalves Zargo foi incumbido de proceder à distribuição de terras, conforme o regulamento entregue. Estes capítulos de um pretenso regimento sesmarial é diferente dos que se seguiram, pois, para além da demarcação social dos agraciados, estabelece um prazo alargado de 10 anos. Assim, os vizinhos de mais elevada condição social e possuidores de proventos recebem-nas sem qualquer encargo, enquanto os pobres e humildes que vivem do seu trabalho apenas as alcançam, mediante condições especiais, só adquirindo as terras que pudessem arrotear com a obrigatoriedade de as tornar aráveis num prazo de dez anos. Estas cláusulas, a serem verdadeiras⁷⁴, favoreceram a posição fundiária dos primeiros povoadores e contribuíram para o aparecimento de grandes extensões. A partir de 1433, com a doação das ilhas ao infante D. Henrique, o poder de distribuir terras é uma atribuição do senhorio, que deveria respeitar

as anteriores concessões⁷⁵. Esta cláusula comprova, mais uma vez, que a primeira iniciativa e regulamento de distribuição de terras foi do monarca. O infante, fazendo uso destas prerrogativas, delegou poderes nos capitães. A isso junta-se um novo regimento ou foral, que confirma as ordenações régias, estipulando que as terras deveriam ser entregues apenas por um prazo de cinco anos, findo o qual caducava o direito de posse e a possibilidade de nova concessão.

O povoamento da ilha, iniciado na década de 20 a partir dos núcleos do Funchal e Machico, rapidamente alastrou por toda a costa meridional, surgindo novos núcleos em Santa Cruz, Câmara de Lobos, Ribeira Brava, Ponta do Sol e Calheta. As condições orográficas condicionaram os rumos de ocupação do solo madeirense, enquanto a elevada fertilidade do solo e a pressão do movimento demográfico implicaram o rápido processo de humanização e valorização socioeconómica da ilha. A costa norte tardou em contar com a presença de colonos, contribuindo para isso as dificuldades de contacto por via marítima e terrestre. Não obstante, refere-se, já na década de 40, a presença de gentes em S. Vicente, uma das primeiras localidades desta vertente a merecer uma ocupação efetiva.

Aos primeiros obreiros e cabouqueiros, seguiram-se diversas levas de gentes, entusiasmadas com o progresso da ilha. Neste grupo, surgem trinta e seis apaniguados da casa do infante, na maioria escudeiros e criados, que adquiriram uma posição proeminente ao nível administrativo e fundiário⁷⁶. Mesmo assim, João Gonçalves Zargo sentiu dificuldade em encontrar varões de qualidade para casar as filhas, tendo solicitado ao monarca o seu envio⁷⁷. Isto poderá ser o indicativo de que a aristocracia do reino apostava mais nas façanhas bélicas em Marrocos do que num projeto de povoamento. A enxada não lhes era familiar e estava longe de se aproximar da espada. Por outro lado, confirma o fracasso de João Gonçalves Zargo no recrutamento de gente nobilitada, cuja ausência foi suprida com aqueles que pretendiam “*buscar*

70 *Crónica da Guiné*, cap. XXXII.

71 J. Dias LEITE, ob.cit., 15-16; Gaspar FRUTUOSO, 19769: 53.

72 O debate sobre a aportação algarvia ao povoamento da Madeira é antigo, mas hoje não merece grande credibilidade a teoria do povoamento da Madeira por algarvios, à luz da informação de diversa origem que confirma uma vinculação mais evidente ao Norte de Portugal. Veja-se Alberto Iria, *O Algarve e a Madeira no século XV*, Lisboa, 1974; Luís Francisco de Sousa MELO, “O Problema de origem geográfica do povoamento”, in *Isleña*, n.º 3, 1988, 19-34.

73 Esta carta foi pela primeira vez referenciada por Álvaro Rodrigues de AZEVEDO sendo, todavia considerada apócrifa por alguns historiadores, como José Hermano SARAIVA (*Temas de História de Portugal*, vol. II, pp.109-112).

74 Pois há quem como José Hermano Saraiva (*Temas de História de Portugal. Espaço Português*, vol. II, Lisboa, 1989, 109-123) duvide da sua autenticidade.

75 A.R.M., C.M.F. registo geral, T. I, fl. 128-132, publ. in *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. XV, pp.20-25.

76 Sobre a presença e importância das gentes da casa do infante veja-se João Silva de SOUSA, “A casa do infante D. Henrique e o arquipélago de Madeira (algumas notas para o seu estudo)”, in *Colóquio Internacional de História da Madeira*, Vol. I, Funchal, 1989, 108-127.

77 FRUTUOSO, 1879, 217-218.

*vida e ventura*⁷⁸. O processo foi faseado, podendo-se definir três momentos. Logo na década de vinte, foram os aventureiros e companheiros de Zargo e Tristão. Depois, em meados da centúria, surge novo grupo, atraído pela fama das riquezas da ilha, alguns deles filhos-segundos de famílias nobilitadas do norte. E, finalmente, a partir da década de sessenta, após a morte do infante, foi o entusiasmo contagiante de estrangeiros, nomeadamente, os oriundos das cidades italianas.

1420-1425-1433: A DATA DE INÍCIO DO POVOAMENTO

Não há consenso quanto à data em que o solo da ilha começou a ser desbravado pelos primeiros colonos europeus. Alguns cronistas e a tradição são, porém, unânimes em situá-lo no ano de 1420. O infante D. Henrique declarava em 1460: *comecei a povoar a minha ilha da Madeira haverá ora XXXV anos...*, isto é, a partir de 1425 iniciara o povoamento da ilha. Mas, na doação régia de 1433, o monarca afirmara *que agora novamente o dito infante por nossa autoridade povoa*. Querera isto dizer que o infante só nesta data ele assumiu o comando do processo? Não. Pelo menos esta não é a opinião do Infante que, nas cartas de doação das capitâneas, apresenta João Gonçalves Zargo, Tristão Vaz e Bartolomeu Perestrelo, como os primeiros povoadores por seu mandado. Só podemos falar de povoamento a partir de 1425 ou 1433, contrariando a opinião dos cronistas? A resposta parece ser também negativa, à luz do que nos dizem os documentos:

– sentença do Duque D. Diogo de 6 de fevereiro de 1483⁷⁹ refere que *podia haver cinquenta e sete anos, pouco mais ou menos, que a essa ilha fora João Gonçalves Zargo, capitão que fora nessa ilha, levando consigo sua mulher e filhos e outra gente...*,

– sentença de Diogo Pinheiro, vigário de Tomar em 1499, afirma: *poderá bem haver oitenta anos que a dita ilha era achada pouco mais ou menos e se começara a povoar*.

A última versão é corroborada, a 27 de julho

de 1519, por acórdão da Câmara do Funchal em que se dá conta do início do povoamento *“há cem anos atrás”*.

Os documentos abonam diversas versões. O primeiro coincide com a data apontada pelo infante, o segundo corrobora os cronistas. Face a esta divergência de datas, a única conclusão possível é que o povoamento efetivo terá começado a partir de finais do primeiro quartel do século XV.

OS TOPÓNIMOS E A DIVERSIDADE DE ORIGENS: MADEIRA, MACHICO, PORTO SANTO.

A Toponímia tem um papel importante na História, porque esclarece dúvidas e fundamenta certezas sobre a origem do nome dos lugares⁸⁰. De quase tudo que a historiografia tradicional tinha dado como uma certeza e, embora se possa duvidar de algumas versões sobre o descobrimento da Madeira, da data e dos seus protagonistas, de uma coisa temos a certeza, a atribuição do nome às ilhas não aconteceu no século XV, pois todas as ilhas já são conhecidas na cartografia, pelo seu nome atual, desde meados do século XV, como surgem em diferentes memórias, como o *Libro del Conscimiento*.

MADEIRA. Não foi João Gonçalves Zargo quem atribuiu o nome à ilha da Madeira. Não o podemos

80 Cf.: «O modo como são indicados e conhecidos os diversos lugares duma região não é indiferente para a História e não resulta do acaso, do capricho ou da vontade singular de quem quer que seja – mas directa ou indirectamente do consenso popular. A necessidade, para a indispensável eficácia das relações sociais e económicas, de fixar a cada um dos sítios da terra específica designação que o distinga dos outros é idêntica à de prender a cada ser humano um nome próprio que o diferencia dos seus semelhantes. O estudo dos nomes locais, que se chama toponímia, não é, portanto, somente curioso pelos enigmas e problemas que traz implícitos e pelas hipóteses e conjecturas, mais ou menos fantasiosas e fúlgidas, a que se presta, mas é útil pelos elementos que fornece à história e política do meio em que se exerce, pelas achegas que pode carrear para a reconstituição duma recuada época da vida dum povo » BRAZ, Henrique. *Ruas da Cidade (Notas para a Toponímia da cidade de Angra, da Ilha Terceira) e Outros Escritos*. Angra do Heroísmo: instituto histórico da ilha Terceira, 1985, pp. 247-248. Sobre a Toponímia Cf. SAMPAIO DE ANDRADE, António - *Dicionário Corográfico de Portugal Contemporâneo*. Porto: Livraria Figueirinhas, 1944; TORT, Joan. La toponímia como a camp de coneixament interdisciplinari. Algunes bases teòriques i epistemològiques per a l'estudi dels noms de lloc. *Scripta Nova* (Barcelona), v.5, n.86, 01.04.2001. Disponível em <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-133.htm>>. Acesso em 28.08.2015; FAURE, Roberto - *Diccionario de nombres geográficos y étnicos del mundo*. Madrid: Espasa, 2004; Amigo Angles, Ramón. *Introducció a la recerca en toponímia i antroponímia*. Barcelona: Publicacions de la Abadía de Montserrat, 1999; Otero, Edgardo. *El origen de los nombres de los países*. Buenos Aires: Gargola, 2009.

78 Confronte-se Jerónimo Dias LEITE, ob.cit., p.16.

79 ANTT, Convento de Santa Clara, maço 1, ref. Padre Manuel Juvenal Pita FERREIRA, O arquipélago da Madeira terra do senhor infante, p. 132.

considerar como o padrinho das ilhas, pois estas já aparecem representadas em mapas do século XIV e princípios do século XV⁸¹. Mas, assinala-se que, de forma incongruente, as fontes historiográficas e a tradição continuam a afirmar que o batismo da ilha foi feito pelos navegadores portugueses, no século XV. Acaso ocorre perguntar se será ignorância ou intenção deliberada de manipular a informação no sentido de fazer vingar sem dificuldades o protagonismo destes marinheiros portugueses no século XV?

Atente-se em Gaspar Frutuoso, que escreveu já na segunda metade do século XVI, e que dá conta de um conhecimento das ilhas muito anterior aos portugueses no século XV, embora não refira (...) *a que o dito capitão pôs nome da //Madeira, por causa do muito, espesso e grande arvoredado de que era coberta, nome já agora tão celebrado e sabido por toda nossa Europa e muitas partes de África e Ásia pelos frutos da terra, de que todos participam;* (...) (FRUTUOSO, 1979, 51-52). Esta ideia repete-se em quase todos os autores que tratam da origem do nome da ilha da Madeira, ignorando todas as anteriores referências.

MACHICO. Em torno do topónimo Machico, que dá nome ao primeiro local onde desembarcaram os europeus, não existe consenso quanto à origem. A sua possível ligação a Machim tem dado azo a acesa polémica. Primeiro, partiu-se da ideia de uma hipotética ligação a Monchique⁸², derivando o nome

de possíveis similitudes com a respetiva região, testemunhadas à chegada dos primeiros navegadores e povoadores, oriundos do Algarve, sendo, assim, o topónimo Machico a deturpação do de Monchique? Mas acontece que as provas da aportação algarvia ao povoamento da Madeira não são entendidas, hoje, da mesma forma e acaba por cair por terra a tese da origem algarvia. Depois estabeleceu-se uma relação entre o local onde terá desembarcado Roberto Machim e o nome atribuído ao mesmo, sendo Machico entendido como uma deturpação de Machim.

Temos uma diversidade de grafias para Machico. Assim, Valentim Fernandes diz-nos: *E pos nome ao dito porto Machyn E depois os castellanos corromperom ho vocablo e chamarom no Malchico* (FERNANDES, 1997, 133). Já Giulio Landi afirma de forma enigmática que (...) *voltou Machim àquele mesmo lugar, onde primeiramente desembarcara, cujo lugar, até hoje, conserva o nome do chefe, pelo que, por isso, em língua portuguesa, é dito Macingo (Machico)* (ARAGÃO, 1981, 81). D. Francisco Manuel de Melo diz que foi Zargo quem deu o nome a Machico: *chegou em breves dias à Ilha, já dita da Madeira, lançando ferro em aquele próprio porto que até então se chamava o dos Ingreses; ao qual João Gonçalves, por memória e honra de Roberto o Machino, seu primeiro descobridor, deu nome Porto do Machino, (...)* (MELO, 1975, 76-77). Manuel Thomaz haverá de escrever:

*Com ella a Sam Lourenço assim chegando
E com Tristão em tua companhia
Daraz nome a Machico derivando
De Machim Angla etymologia,
(...)*

Finalmente, surgiram dados documentais que apontam a existência, no século XV, do apelido

81 Aparecem, por exemplo, a Carta de Dulcert (1339), o Atlas de Abraão de Cresques (1375) e o Mapa de Viladestes (1415). Cf. Damião Peres, *Descobrimientos Portugueses*, 2.ª edição actualizada, Coimbra, Edição do Autor, 1960.

82 Sobre esta possibilidade dada em 1873, por Álvaro Rodrigues de Azevedo comenta o Padre Fernando Augusto da Silva (II :566-567): *O dr. Álvaro de Azevedo procura a origem da palavra Machico na corruptela de Monchique, nome duma povoação do Algarve, sendo desta província naturais muitos dos primitivos povoadores desta ilha e com todas as probabilidades alguns dos proprios tripulantes das caravelas de Zarco. Em virtude de noticias fornecidas pelo ilustre algarvio Estácio da Veiga e por outras pessoas que visitaram o vale de Monchique, parece que as condições orograficas e hidrograficas das duas localidades dão grandes traços de semelhança entre Monchique e Machico, deduzindo o dr. Azevedo dessa circunstancia um argumento a favor da opinião que sustenta. A estas afirmativas contrapõe Pinheiro Chagas as seguintes razões: «Em primeiro lugar Azurara, contemporaneo de alguns dos descobridores, escreve Machito, enquanto Cadamosto, que deveria, na sua qualidade de estrangeiro, adulterar a palavra, é que escreve Monchrigo, aproximando-a mais da palavra portuguesa do que o proprio chronista português, o que é positivamente absurdo. Em segundo lugar não é menos absurdo que o nome duma terra algarvia fosse em tão pouco tempo adulterado pelos proprios algarvios. Eles lhe puzeram o nome e eles o corromperam. A pronuncia ilhõa nada tem que ver com semelhante adulteração, em*

primeiro lugar porque os colonos ainda eram no tempo de Azurara dos nascidos em Portugal, e ainda não tinham tido tempo de adquirir uma pronuncia especial, em segundo lugar porque Azurara não era escriptor madeirense, era escriptor continental, escreveu o nome como lhõ diziam os navegadores algarvios, e, repetimos, não ha nada menos aceitavel do que a suposição de que os homens nascidos em Monchique, depois de terem posto a uma terra descoberta por eles o nome da sua patria, não o soubessem pronunciar vinte anos depois». Camilo Castelo Branco, sem admitir nem enjeitar a hipótese do dr. Azevedo, diz que lhe parece que ela se avanta a tôdas. O anotador de Gaspar Frutuoso respondeu largamente á critica de Pinheiro Chagas, mas parece-nos que não refutou a argumentação do ilustre historiador.

Machico ou Macheco, o que leva a atribuir uma relação distinta. Em termos de antroponímia histórica, porém, no que concerne à Madeira, parece que ainda temos muito que aprender. Por exemplo não se entende a atribuição do nome às ilhas do Porto Santo e Madeira, com base em acontecimentos muito posteriores ao seu atual nome, grafado na cartografia desde meados do século XIV.

Mas, se atendermos à documentação e toda a informação disponível na atualidade, temos que, ao Machim de Bristol se juntam outros. Nas Canárias, é referenciado um Juan Machim. Já em Lisboa, temos dois. O primeiro é referido em 1470, como escudeiro de D. Pedro e o segundo surge em 1544 e chama-se Machym Fernandes. Já em 1894, Brito Rebelo revelamos um Machico, mestre de barca em Lisboa. Será dele a origem do topónimo Machico? Ainda podemos referir que o Macheco⁸³ é muito popular em França no século XV e encontra-se entre as referências dos marinheiros do norte de França que fazem a ligação com Inglaterra. Em 1373⁸⁴, surge o apelido Macheco atribuído a um patrão de navio de Portugal que se dirigia para St. Mallo. Mais tarde, uma ordem de expulsão de Henrique IV datada de 1406⁸⁵ apresenta uma lista de estrangeiros a expulsar da Inglaterra, temos um Macheco e um Machim. Ainda no tempo de D. Fernando I, rei de Portugal, temos notícia de um marinheiro de nome Machico, mestre das barcas⁸⁶.

O documento de 1406 adquire importância, uma vez que faz associar o Machim ao Macheco e diz-nos que os mesmos teriam saído de Inglaterra em 1406. Se, a este facto, juntarmos o relato de Francisco Alcoforado, teremos uma maior consistência entre a aventura de Machim e o descobrimento de João Gonçalves Zargo por intermédio da informação do piloto João de Amores. Note-se que a disparidade de datas é um dos argumentos mais seguros na contestação da relação. Entre este facto e o reconhecimento por João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz mediam apenas treze anos, enquanto em relação à anterior data (1344) passavam setenta e

cinco anos, sendo impossível impossível a transmissão do relato por meio de sobreviventes.

Note-se que a disparidade de datas entre os dois factos é um dos argumentos mais seguros na contestação da relação.

Tendo em conta a proximidade de datas entre este e o referido em 1416, em Lisboa, é muito natural que seja o próprio ou um familiar seu, que, com certeza, não esteve alheio a esta realidade. A forma como o relato foi escrito por Francisco Alcoforado pode ser justificada pela necessidade de enfabular o feito, de acordo com os cânones da época, apresentando-o como resultado de uma aventura amorosa. Esta não é uma situação inédita na tradição literária que testemunhou a revelação do oceano Atlântico.

Poder-se-á, então, afirmar, com segurança, a veracidade do relato, sem que isso ponha em causa a prioridade lusíada na sua revelação, pois um dos protagonistas é marinheiro português. Por outro lado, o nome dado à baía radicar-se-ia, como vimos, a origem neste Macheco, filho de marinheiros lusos, e não deverá ser entendido como uma corruptela de Monchique ou Machim. Esta foi uma atitude comum entre os marinheiros portugueses. Mas é em torno do relato da aventura de Machim que mais se reúne consensos para a origem ou não do topónimo Machico⁸⁷. A questão tem sido abordada em consonância com a defesa ou ataque à tese que coloca Machim como descobridor ocasional da Madeira, tendo desembarcado em Machico.

E. A. Bettencourt (1875:) no seu opúsculo sobre a Memoria sobre a descoberta das ilhas de Porto Santo e Madeira escreve: «*O nome de Machico dado a uma localidade da ilha da Madeira também, a nosso ver, não pode servir de argumento em favor da estada de ingleses naquela ilha, antes de lá terem chegado os portugueses. Notaremos em primeiro lugar, sem contudo queremos fazer desta a principal impugnação, que o nome de Machico tanto pode ser corrupção de Machim como diminutivo de Macho. A indole vulgar do idioma português não se oppõe a esta suposição. Azurara auxilia-a quando na sua Chronica lhe chama Machito, e o proprio Melo quando o nomeia Machino. Pois assim como na*

83 Cf. *Mémoires de la Société bourguignonne de géographie et d'histoire*, Volume 18 Société bourguignonne de géographie et d'histoire, Dijon, Armand Cornereau, 1902; Toumaire, Élizabéth, *Les Macheco une famille de la noblesse dijonnaise et la révolution de 1789*, 1976.

84 Public Record Office, *Calendar of close Rolls*, ref. 23/59 X/II 7137, pp. 488 a 489.

85 Public Record Office, *Parliament*. VII & VIII Hen. IV, ref. RR11/84 83227, pp. 571-572.

86 João M. da Silva Marques, *Descobrimientos Portugueses*, vol. I, p. 168.

87 Segundo Duarte Leite (1959, p. 276, nota 1) “o nome Machico já corria entre marítimos no tempo de D. Fernando.”

Africa se ficou chamando «Angra dos Cavalos» ao ponto onde em 1435 os descobridores lançaram dois cavalos para neles irem explorar o interior do paiz; não poderia também o nome de Machico, machito ou machino ter sido dado àquela localidade da Madeira por um igual motivo?

Já Camilo Castelo Branco refere: (...) *eu estou convencido que a palavra Machin não é senão um termo de origem italiana. Se tem ainda um resto de paciência, note que o escritor mais antigo e por isso mesmo mais autorizado que escreveu a palavra tão diversamente escrita por diversos autores não escreveu Machin, nem Machico, nem Monchrico. Disse Machico, na Crónica do Descobrimento da Guiné, pag. 387. Dê o meu amigo a Machito a pronúncia de Maquito e aí tem a corrupção de Macchia, que em italiano traduz, numa das suas aceções, por mata, charneca (...)*⁸⁸

Álvaro Rodrigues de Azevedo afirma que *O supor a denominação Machico derivada do nome Machim, é, como bem ajuíza o referido Sr. Hughes, círculo vicioso, análogo ao que já apontámos em referência à igreja de Christo, que naquele sítio há. A lenda de Machim é, e como tal não podia deixar de ser, posterior ao descobrimento da madeira por Zargo. A autêntica versão de Azurara e Barros, ao mesmo tempo que a exclui, já alude ao sítio e nome de Machico ou Machito, o que indica, como adverte o ilustre Visconde de Santarém, que o romance de Machim ainda não teria sido inventado, ou, pelo menos, que não tinha ainda tomado voga em Portugal. (...) é de força concluir que o apelido do suposto inglês Roberto Machim foi buscado apposité, ou derivado da denominação do sítio de Machico, e não daquele apelido: o que aliás é vulgaríssimo nas lendas que, tomando por tema um certo lugar, transferem a denominação dele para o seu protagonista ou para a acção, e por esta engenhosa metonímia se ataviam com tal colorido de aparente verdade histórica.*⁸⁹ Para David Pinto Correia, a história de Machim deve ser considerada como «etimológico-toponímica, visto que na tradição, esclarece a origem de um topónimo, ligando-o a um outro antropónimo»⁹⁰.

Juan Alvarez Delgado (1961) refere que o esquecimento dos cronistas oficiais do episódio de

Machim é intencional. Encontra uma diversidade de omissões e falhas, na construção do trama de Machim, nas narrativas madeirenses. Ainda aponta que a origem do topónimo Machico terá a ver com o biscainho de Machim, muito antes dos portugueses no século XV, como prova a cartografia. Leonardo Torriani estabelece ligação à Madeira do biscainho Machim: «*Machico teve o nome de um homem biscainho chamado Machim, por ter sido o primeiro que esteve neste lugar e por certa história amorosa passada com ele. É lugar de 200 fogos.*»⁹¹.

O Padre Fernando Augusto da Silva⁹² afirma que *Qual a verdadeira origem do nome desta localidade? Nada se sabe de positivo a tal respeito, apesar de alguns homens de alta envergadura intelectual, como Pinheiro Chagas, Camilo Castelo Branco, Álvaro Rodrigues de Azevedo e J. I. de Brito Rebêlo, se terem ocupado com largueza do assunto. Ao tratarmos da lenda de Machim, procuraremos condensar as opiniões dos que com mais reconhecida competência versaram esta matéria, apresentando um resumido quadro das diversas hipóteses e conjecturas a que a explicação do facto deu lugar.*

Ao dissertar sobre a origem do topónimo Machico, acaba por seguir Álvaro Rodrigues de Azevedo quando diz: *...assumiu importancia desde que, em 1868, o inglez Henrique Major, na obra The Life of Prince Henry of Portugal, tomando a serio a falsa lenda do suposto inglez Roberto Machim e graduando em argumento a falsa etimologia que de Machim deriva Machico, tirou por conclusão que essa lenda foi um facto real, e que o seu Machim descobriu o archipelago da Madeira muitos anos antes de Zarco e Tristão Vaz ahi aportarem nos fins do primeiro quartel do seculo XV, opinião essa que o mesmo Major, autorisando-se com escritos sem valor historico, desenvolveu com artificio e que de futuro pode ser invocada com fundamento a exigencias leoninas, com tanta mais plausibilidade quanto é certo que o governo português e a Academia Real das Sciencias de Lisboa cumularam de ingenuas honrarias o autor deste erudito mas retrahido livro da Life of Prince Henry, cujo intuito não parece outro senão, engrandecendo as nossas legitimas glorias maritimas, avocar a bem da Inglaterra a precedencia*

88 CAMILO, [s.d.]:263-264.

89 FRUTUOSO, 2007: 424-425.

90 CORREIA, 1993:203.

91 TORRIANI, 1999: 215; «Maccico hebbe il nome da un huomo Biscaglino detto Maccin, per esser stato il primo che stette in questo luoco; et per certa sua historia amorosa: ed e luoco di 200 fuochi.»

92 *Elucidario Madeirense*, vol, II, Funchal 199, p. 560.

no efectivo descobrimento do archipelago da Madeira. Vale, pois, a pena deslindar qual a origem do nome de Machico, contrapondo á inexactidão, propalada por Major, a probabilidade historica. (SILVA, 566) E avança, dizendo: Não podemos seguir em todos os detalhes o dr. Rodrigues de Azevedo na sua longa, erudita e por vezes fastidiosa exposição acerca da origem deste nome. Desde que se prove, e o dr. Azevedo fê-lo da maneira mais cabal e terminante, que o caso de Machim não passa duma pura e mera lenda, demonstrado fica também que o nome de Machico não pode derivar do infortunado Roberto Machim, o desditoso amante da malograda Ana de Arfet. A argumentação do dr. Azevedo acêrca desta origem, serve apenas para reforçar o valor de sua cerrada dialectica ao provar a insubsistencia da lenda, mas não é uma nova prova da falsidade da mesma lenda. De mais, a noticia do caso de Machim só nos aparece um século depois do descobrimento do arquipelago madeirense, afastando até deste modo a simples probabilidade do nome de Machico poder derivar de Machim. (Silva, II: 566).

PORTO SANTO. A origem do nome de Porto Santo está quase sempre associado a um naufrágio que teria antecedido o primeiro encontro pelos europeus. Assim, Gaspar Frutuoso fala numa *tempesta neles, foram ter à ilha do Porto Santo, o qual nome lhe eles puseram pela tempesta em que se viram, de que nela escaparam* (FRUTUOSO, 1979, 19). E mais afirmava: *no ano de 1420 João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz, de casa do Infante Dom Henrique, foram de Lagos, onde o Infante estava, em um navio saltar as Canárias e a ilha dos Lobos, e da tornada, dando tempesta neles, foram ter à ilha do Porto Santo, o qual nome lhe eles puseram pela tempesta em que se viram, de que nela escaparam, onde estiveram alguns dias, (...).* (Frutuoso, 1979, 20). Na mesma sequência, segue António Cordeiro, ao afirmar *que a estes Cavalleiros deu tal tempestade, antes de chegarem à costa de Africa, (junto á qual então se navegava somente) que sem saber aonde estavam, e pelo navio ser pequeno correrão grave perigo de affundir-se, e invocando os Santos do Ceo, se lhes descubrio huma Ilha, á qual por isso chamarão Porto Santo (...).* (Cordeiro, 1866, 90)

Temos duas situações que divergem desta ligação a uma tempestade que conduziu os marinheiros a

um porto seguro. Assim, para Cadamosto, a origem do nome tem a ver com o calendário: *“Esta ilha é chamada Porto Santo, porque foi descoberta no dia de todos os Santos.”* (ARAGÃO, 1981, 36). Por outro lado, temos ainda uma outra versão que estabelece uma ligação com a lenda de S. Brandão, sendo a ilha, o porto do Santo. Note-se que, em alguma representação cartográfica, a imagem do santo surge precisamente no sítio onde hoje se situa a ilha do Porto Santo.

Em qualquer dos casos, seja Madeira ou Porto Santo, as explicações apresentadas não podem ser aceites, tendo em conta que esta atribuição do nome teria acontecido antes do século XV, conhecendo-se, já, estas ilhas, desde o século XIV, com a atual designação. Assim, a primeira vez que isto acontece é no portulano laurenciano de 1351 onde aparecem as ilhas de *Porto Sto e I. De lo legname*. Depois, no Atlas Wackenaer- Pinelli de 1684, aparece a ilha do *Porto Santo* com a atual grafia. Por outro lado, alguns documentos e descrições apresentam as ilhas do grupo da Madeira, como sucede com o chamado “Libro do conhecimento”, de meados do século XIV. Há uma tradição, de diversa índole, de conhecimento e identificação das ilhas, que não pode ser negada e que faz cair por terra quase todas as teorias e defesas da identificação e batismo destas ilhas no século XV pelos portugueses. As razões aduzidas até podem estar certas, mas identificam acontecimentos que tiveram lugar antes dos portugueses cá chegarem. Desta forma, não se torna possível continuar a defender a ideia de um pleno protagonismo pelos portugueses, quanto ao descobrimento, batismo das ilhas e povoamento.

CONCLUSÃO

Hoje, quase seiscentos anos sobre os primeiros debates e certezas acerca do descobrimento da Madeira, não haverá dúvida de que a Madeira não foi terra descoberta pelos portugueses, mas apenas alvo de reconhecimento e ocupação. Será esta tarefa menos nobre que uma viagem ao acaso, à procura do incerto e sem orientações para sulcar os oceanos ou desbravar o pretenso desconhecido.

Desde os anos oitenta do século XX que quisemos saber algo mais sobre este assunto e compilar toda a informação necessária. E hoje, ao fim de mais de trinta anos, partimos numa nova missão, a fim de aclarar mais algumas dúvidas.

Resultados?

Descobrimos que os navegadores e descobridores portugueses não procuram o desconhecido, mas, antes, seguem pistas que os conduzem pelas sendas de novos descobrimentos ou reconhecimentos de terras que faltava revelar ou colocar nas rotas de navegação e das cartas de marear.

Descobrimos que, desde tempos muito recuados, o Atlântico não se manteve desconhecido dos europeus e, por isso encontramos, textos, cartografia que nos revelam um conhecimento/ descobrimento anterior à chegada dos portugueses.

Descobrimos que os portugueses foram os principais herdeiros duma herança escrita e cartográfica dos descobrimentos, deixada por povos mediterrânicos, daquele oceano que parecia desconhecido e intransponível. Por força desse impulso, partiram à procura dessas terras e a traçar-lhes os caminhos de retorno à Europa e de apropriação, quer em termos económicos, quer duma estratégia de domínio do espaço oceânico. Desta forma, sulcaram caminhos antigos, descobriram ou desbravaram o desconhecido ou incerto em busca de caminhos novos.

A nobreza da sua missão centrou-se no facto de traçarem, no atlântico, os caminhos de aproximação da Europa às ilhas e a outros continentes, fazendo com que, paulatinamente, os centros decisores do mundo se centrassem no espaço atlântico, tendo os portugueses como os principais obreiros.

Descobrimos ou descobertas de oceanos,

ilhas e continentes são, na verdade, um processo faseado e que não pode ser realizado de forma isolada. A chama do descobrimento é um ato de permanente revelação ao Homem do desconhecido, tornando-o conhecido e aceite pelo mundo conhecido e partilhado.

A História tem uma herança pesada da escrita e tradição, capaz de corrigir os erros do passado, capaz de abrir novas perspetivas para um conhecimento fruto de partilhas e de continuidade. Nem só os portugueses remaram no desconhecido e descobriram para o Ocidente Europeu novos caminhos e novas terras, que se foram revelando de forma clara ao longo do percurso. Nem tão pouco estava apenas dito e estabelecido que era reservada aos portugueses a descoberta de ilhas e continentes e da sua apropriação.

O papel dos portugueses terá sido, sim, o de fazer progredir e afirmar, na gesta, a herança da tradição e da memória.

BIBLIOGRAFIA de apoio

- AA VV., *A Madeira e a História de Portugal*. Coleção «Atlântica». N.º 5. Funchal. Centro de Estudos de História do Atlântico. 2001.
- Actas do Colóquio As Ilhas e a Mitologia*, Funchal, Departamento da Câmara Municipal do Funchal, 1998. (Colóquio inserido na XXIII Feira do Livro e da Comunicação na Cidade do Funchal, Junho de 1997).
- AGUIAR, Fernando de. «O descobrimento de Jerónimo Dias Leite- o original e as cópias». in. *Arquivo Histórico da Madeira*. Volume 8. N.ºs 1 e 2. Funchal. Arquivo Regional da Madeira. pp. 101-114.
- ALBIZZI, Marquis degli, *Madere, Guide pratique pour les malades et tourists*, Zurich, Orell Füssli & Co, 1891.
- ALBUQUERQUE, Luís de. “Algumas reflexões a propósito da palavras «Descobrimento»”. in. *AAVV Ilzenha*. N.º 1. Funchal. Direcção Regional dos Assuntos Culturais. 1987. pp. 7-12.
- Introdução à História dos Descobrimentos*, Coimbra, Atlântida, 1962.
- ALCOFORADO, Francisco. *Quoall foy ho azo cõ que se des/cobryo a jlha da Madra escryto por my / f’co allcoforado escudro do sör Jfe / dom amRyque q fuy a tudo presemte / e foy desta guysa*. (Manuscrito existente no Museu-Biblioteca da Casa de Bragança, Vila Viçosa.)
- Relação*. In. MELO, D. Francisco Manuel de. *Descobrimento da Ilha da Madeira -Ano 1420: Epanáfora Amorosa*. Texto crítico de José Manuel de Castro. [Lisboa]. [edição do autor]. [1975]. pp. 81-95.
- A Lenda de Machim, in *V Centenário do Descobrimento da Madeira*, Funchal, 1922, pp. 39-40.
- ALMEIDA, Fortunato de, *O Infante de Sagres*, Lisboa, 1894, (caps. XV)
- ALVAREZ DELGADO, Dr. Juan, “El episódio de Juan Machin en la Madeira”, *Das Artes e da História da Madeira*, 1961, Vol. VI, N1 31, pp.41-52.
- Juan Machin, vizcaíno dei siglo XV, gran figura histórica de Madera y Canarias. *Anuario de Estudios Atlánticos*; n.º 7. Madrid-Las Palmas. Patronato de La “Casa de Colon”. 1961.
- ALVES, José Augusto dos Santos, “Descobrimento”. Fenómeno de opinião e de recorrência histórica na imprensa madeirense (1821-1850)”, in *III Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, 1993, pp. 207-212.
- An Historical Sketch of the Island of Madeira; Containing an Account of its Original Discovery And First Colonization; Present Produce; State of Society and Commerce*. London, printed for F. S. Hopkins, 1819 (O volume inclui uma balada - *The Tomb of Love* - inspirada nos amores de Machim e Ana d’Arfe)
- AZEVEDO, Álvaro Rodrigues, “Nota III. Descobrimento do archipelago da Madeira Por Zargo e Tristão Vaz”, “Nota IV. Descobrimento do archipelago da Madeira: diversas tradições, lendas e noticias”, “Nota V. Descobrimento da ilha da Madeira por ingleses: caso de Machim e Anna de Arfet “, publicado in *Saudades da Terra (...)*, Funchal, 1873.
- Machico, Machim, Madeira, in *Dicionário Universal Portuguez Ilustrado (s.l.)*, Sd, pp.181-188, 191-196.
- “A Villa de Machico e a Capella de Machim”, *Archivo Pittoresco*, Vol. IX, 1866, p. 353
- BARROS, João de, *Decada primeira [-terceira] da Asia de João de Barros. Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento & conquista dos mares & terras do Oriente...* - Em Lisboa: impressa per Jorge Rodriguez: aa custa de Antonio Gonçalvez mercador de livros, 1628
- Da Asia de João de Barros e de Diogo do Couto*. - Nova edição. - Lisboa: Na Regia Officina Typografica 1777-1788. - 24 vol.
- Ásia. Dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente. Primeira Década*, Lisboa, INCM, 1988 (com base na edição de 1932. Parte referente à Madeira em Década I, Livro I, Caps. I-V e XVI.).
- BEAZLEY. C. R., *Prince Henry, Major the navigator*, Londres, 1931.
- The Dawn of Modern Geography*, vol. III,

- Oxford, 1906.
- BESSA-LUÍS, Agustina, *A Corte do Norte*, Lisboa, Guimarães Editores, 2008 (Machim: 15, 215)
- BETTENCOURT, E. A., *Memória sobre a descoberta das Ilhas de Porto Santo e Madeira (1418-1419)*. Porto. Typographia do Commercio do Porto. 1875.
- BIRD, James. *Machin or the discovery of Madeira, a poem in four cantos*. London. John Warren, Old Bond-Street. 1821.
- BIDDLE, A.J. Drexel, *The Madeira Islands*, Philadelphia, Drexel Biddle & Blandley company, 1896
- BOWDICH, T. E., *Excursions in Madeira and Porto Santo During the Autumn of 1823, (...)*, London, George B. Whittaker Ave-Maria Lane, 1825. (referências a Machim: 66-76)
- BOWLES, William Lisle. *The Poetical Works of William Lisle Bowles*. Vol. I. Memoir, Critical Dissertation, and Explanatory Notes by George Gilfillan. London. George Gilfillan Editor. 1855. (1ª edição 1804)
- BRAGA, Teófilo, Contos Tradicionais do Povo Português. *Histórias e exemplos de thema tradicional e forma litteraria. Litteratura dos contos Populares em Portugal*, Lisboa, J.A. Rodrigues & Co., 1915, II, 149-308.
- BRANCO, Camilo Castelo, *Sentimentalismo e História (apud Eusébio Macário)*, Porto, 1879.
- BRASSEY, Lady, *In the trades. The Tropics & the Roaring Forties*, London, Logmans, Green, & Co, 1885 (Machim: 33)
- BRUM, José do Canto, Ana D' Arfet, in *Arquivo dos Açores*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, III, 1981, pp.1-36.
- BURTON, Richard F., CAMERON, Verney Lovett, *To the Gold Coast For Gold. A Personal Narrative*, London, Chatto & Windus, Piccadily, 1853, (referências a Machim: 29-81)
- CABRERA PERERA, Antonio, *Las Islas Canarias en el Mundo Clássico, islas Canarias*, Viceconsejería de Cultura y Deportes/Gobierno de Canarias, 1988.
- CABRITA, José Luis, *Mistérios da ilhas. Polémicas e Segredos da História da Madeira*, Funchal, ed. Autor, 2009 (referências a Machim: 48-113)
- CADAMOSTO, Luis de: *Viagens*. Trad. do italiano por Sebastião F. M. Trigoso, com intr. e notas de A. R. Machado, Bibl. das Grandes Viagens, Portugália Ed., Lisboa, s. d.
- CALLIXTO, Vasco, *Pelas Estradas da Madeira e Porto Santo, Ilhas Maravilhosas do Atlântico*, Funchal, ed. Autor, 1976 (referências a Machim: 16-17)
- CÂMARA, João de Brito. *Auto da Lenda. Descrição poética da lenda que se conta dos amores de Ana d'Arfet e Machim que, em remotos tempos, desgarrados com a tormenta foram ter à ilha da Madeira*, Funchal. Câmara Municipal do Funchal. 1943.
- CÂMARA, Paulo Perestrelo. *Breve notícia sobre a Ilha da Madeira ou memórias sobre a sua geografia, história, geologia, topografia, agricultura, comércio, etc etc etc*. Lisboa. Typographia da A. das Bellas Artes. 1841.
- CÂMARA, João de Brito, *Auto da Lenda*, Funchal, CMF, 1943
- Poesias Completas*, Coimbra, Atlântida Editora, 1967.
- CANE, Ella Du e Florence Du (1909), *The flowers and Gardens of Madeira*, London, Adam and Charles Black, (referências a Machim: 153-148)
- CARVALHO, Joaquim Barradas de, A pré-história das palavras descobrir e descobrimento: 1055-1567: em busca da especificidade da expansão portuguesa / Joaquim Barradas de Carvalho.- Ilustrada, In: *História*. - nº 6 (Abr. 1979), p. 30-38
- CARVALHO, Miguel Tremço de, GASPAR FRUTUOSO O HISTORIADOR DAS ILHAS. Centro de Estudos de História do Atlântico. Secretaria Regional do Turismo e Cultura. 2001.
- CASTRO, Ferreira de, *Eternidade*, 7ª Edição), Guimarães C. • Lisboa, 1954 (Machim: 29, 121)
- Pequenos Mundos*, 4a Edição, Guimarães C. • Lisboa, 1950.
- CASTRO, José Manuel de, (texto crítico de), *Descobrimento da Ilha da Madeira- Ano 1420: Epanáfora Amorosa*. [Lisboa]. [edição do autor]. [1975]. (Publica a A «RELAÇÃO» DE

- FRANCISCO ALCOFORADO QUE CONSTA NO MANUSCRITO DE VILA VIÇOSA, na edição de Jean de Fonvieille, pp. 81-95)
- CHAGAS, Pinheiro, *História de Portugal*, Popular e Ilustrada, 2ª edição, Lisboa, Empresa de Historia de Portugal Sociedade Editora, 1899 (vol. II, cap.XVII-XX)
- CHOULDES, John Overton, *The Cruise of the Steam Yacht North Star*, Boston, Gould and Lincoln, 1854. (Machim: 330-332)
- COMBE, William, *A Hisstory of Madeira. With a series of twenty-seven coloured engravings, illustrative os costumes, manners and ocupations of the inhabitants of that Island*, London, Publixhed by R. Ackermann, 1821.
- CONSTANTINVM, Emanvelem: *Jnsvlae Materiae Historia*, Roma, 1599.
- CONSTANTINO, Doutor Manoel. *De Insula Materiae - História da Ilha da Madeira*. Versão Portuguesa do Padre João Baptista de Afonseca. Prefácio e notas de Fernando Augusto da Silva. Funchal. Tipografia do “Diário da Madeirà”. 1930.
- CORDEIRO, Padre António. ***Historia insulana das ilhas a Portugal sugeitas no oceano occidental, composta pelo padre Antonio Cordeiro***, Lisboa, Typ. do Panorama, 1866, (contem no fim do segundo volume, o capítulo: *Algumas Notas e Adições à História Insulana do Padre António Cordeiro por A. J. G. A. Este é o padre António Joaquim Gonçalves de Andrade, deão da Sé do Funchal, natural da Madeira*).
- História Insulana das Ilhas a Portugal sugeytas no oceano occidental*. Ed. fac-similada (da edição de 1717). Angra do Heroísmo: Secretaria Regional da Educação e Cultura. 1981.
- CORREIA, João David Pinto, “Da história à Literatura - Ainda o Descobrimento da Madeira”, *III Colóquio Internacional de História da Madeira*, 1993, pp. 201-206.
- “O descobrimento da Madeira num poema épico do século XVII (a Insulana, de Manuel Tomás). In. AAVV., *Colóquio a Universidade e os Descobrimentos*. Lisboa. Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses- Imprensa Nacional-Casa da Moeda. 1993. pp. 291-306.
- “O descobrimento da Madeira em textos de poetas «insulares» (principalmente na Insulana, de Manuel Tomás, e na Zargueida, de Francisco de Paula Medina e Vasconcelos)”. In. FRANCO, José Eduardo (Coord.). *Cultura Madeirense. Temas e problemas*. Porto. Campo das Letras. 2008. pp. 115-138.
- CORREIA, Natália, *A Ilha de Sam Nunca, Atlantismo e Insularidade na Poesia de António de Sousa*, Angra do Heroísmo, Antília, Secretaria Regional dos Assuntos Culturais da Região Autónoma dos Açores, 1982.
- CORTESÃO. Armando, “O descobrimento do Porto Santo e da Madeira e o Infante D. Henrique”, *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XXIII, 1973, pp.305-317;
- “A História do descobrimento da ilha da Madeira por Roberto Machim em fins do século XIV”, in *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XXIII, 1973, pp. 292-409.
- COSTA, A. Fontoura da, *Descobrimientos Portugueses no Atlântico e na costa ocidental Africana. Do Bojador ao Cabo de Santa Catarina*, in *Congresso do Mundo Português*, t. I, vol. III, Lisboa, 1940,
- COSTA, Maria Clara Pereira da, *Raízes Madeirenses. Conferência*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração-DRAC, s.d.
- CROIX, Robert de la, *Mysteres des Îles*, Sevilha, Imprente Sevillana, S. A., 1972.
- DESCOBRIMENTO da ilha da Madeira*, in O Beija-Flor, vol. I, nº. 4, 28 de abril de 1842, pp.36-27, 34,
- DÓRIA, António Álvaro, *O Problema do Descobrimento da Madeira*, Guimarães, 1945
- DRIVER, John, *Letters from Madeira in 1834*, London, Longman & Co, 1838 (Machim: 44-45, VIII-IX)
- A Treatise of the climate and Meteorology of Madeira*, London, Jogn Churchill, 1850, pp. 289-292.
- DU CANE, Ella e Florence, *The flowers and gardens of Madeira*, London, Adam and Charles Black, 1909 (Machim: 135-143)
- EMBLETON, Dennis, *A visit to Madeira in the winter*

- 1880-1881, London, J. & A. Churchill, 1882 (Machim: 21-28)
- F., "A Madeira na Obra de Teófilo Braga. I. A Lenda de Machim", in *O Jornal*, Funchal, 24 Fev. 1943;
- FARIA, Cláudia, ALVES, Graça, GOMES, Sandra, *PAISAGENS LITERÁRIAS [A Madeira nos contornos da escrita]*, Funchal, CEHA, 2014.
- FERNANDES, Valentim. *Códice de Valentim Fernandes*. Leitura Paleográfica, notas e índice de José Pereira da Costa. Lisboa. Academia Portuguesa da História. 1997.
- As Ilhas do Atlântico* (Chronicas de Valentim Fernandes, alemão), separata do nº. 32 a 36 da *Revista Portuguesa Colonial e Marítima*, Liv. Ferin, Lisboa, s. d.
- FERREIRA, Padre Manuel Juvenal Pita. "Notas para a História da Ilha da Madeira (Descoberta e início do povoamento)", *Das Artes e da História da Madeira*, Funchal, 1956, Vol. IV, Nº 22, 23, 24, pp. 1-16, 11-25, 9-17;
- "O caso de Machim à face dos documentos", *Das Artes e da História da Madeira 1956*, Vol. V, Nº 25, 26, 27, pp. 1-11, 9-23, 17-32.
- Notas para a História da Ilha da Madeira. I Volume. Descoberta e Início do Povoamento* Funchal. [edição do autor. Separata da DAHM]. 1957 (?).
- O Arquipélago da Madeira Terra do Senhor Infante (De 1420 a 1460)*, edição da Junta Geral do Distr. Aut. do Funchal, Funchal, [1959]
- As "Notas para a História da Ilha da Madeira" no pelourinho*, [s.n.], 1959
- "A Relação de Francisco Alcoforado", in *Das Artes e da História da Madeira*, nº.31, 1961;
- FIGUEIREDO, Jaime de, *Rosas de Santa-Maria*, Lisboa, 1940.
- FONTVIEILLE, Jean, «A lenda de Machim. Une découverte bibliographique à la Bibliothèque-Musée du Palais Ducal de Bragança à Vila Viçosa (Portugal). Introduction à une étude sur les légendes des Grandes Découvertes Maritimes, aux 15ème et 16ème siècles». In. AAVV. *Actas do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos*. 3.º volume. Lisboa. Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique. 1961. pp. 197-238.
- FRAGA, Maria do Céu. "Um historiador «esquisito»: a Epanáfora Amorosa de D. Francisco Manuel de Melo". In FERNANDES, Maria de Lurdes Correia (Dir.). *Península: Revista de Estudos Ibéricos*. N.º 6. Porto. Faculdade de Letras da Universidade do Porto- Instituto de Estudos Ibéricos. 2009.
- FRANÇA, Isabella de, *Jornal de uma visita à Madeira e a Portugal. 1853-1854*, Funchal, JGDAF, 1870 (referências a Machim: 201-203)
- FRANÇA, João, *Mar e Céu por companheiros. Crónicas Madeirense*, Lisboa, Editorial O Século, 1979. (referências a Machim: 10-12, 41-43)
- FREITAS, Alfredo Vieira de, *Era uma vez...na Madeira, Lendas, contos e tradições da nossa terra*, Funchal, 1984 (referências a Machim:146-148, 217-219)
- FREITAS, João de. *Quando foi descoberta a Madeira?- Resenha histórica*. Lisboa. Imprensa Libanio da Silva. 1911.
- FRUTUOSO, Gaspar. *Saudades da Terra: história das Ilhas do Porto Sancto, Madeira, Desertas e Selvagens: manuscrito do século XVI*. Notas de Álvaro Rodrigues de Azevedo. Introdução de Alberto Vieira. Edição fac-similada. Funchal. "Funchal 500 anos". 2007.
- Livro Segundo das Saudades da Terra* Revisão de texto e reformulação de índices de Jerónimo Cabral. Ponta Delgada. Instituto Cultural de Ponta Delgada. 2005.
- Livro Primeiro das Saudades da Terra*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada.1966,
- GALVÃO, António. *Tratado dos Descobrimentos*. Comentários e notas de Elaine Sanceau, Barcelos. Livraria Civilização Editora. 1987.
- Tratado que compôs o nobre & notauel capitão Antonio Galvão, dos diuersos & desuayrados caminhos, por onde nos tempos passados a pimenta & especearia veyo da India ás nossas partes, & assi de todos os descobrimentos antigos & modernos, que são feitos até a era de mil & quinhentos & cincoenta....* - [Lisboa]:

- impressa em casa de loam da Barreira, impressor del rey nosso senhor, na Rua de sã Mamede, 15 Dezembro 1563.
- GÓIS, Damião de, *Crónica do Príncipe D. João*, Lisboa, 1567 (nova ed. de Graça Almeida Rodrigues, Lisboa, 1977)
- Chronica do Príncipe D. Joam, rey que foy destes reynos, segundo do nome, em que summariamente se trataõ as cousas substanciaes, que nelles aconteceraõ do dia de seu nascimento até o em que ElRey D. Affonso seu pay faleceo /* composta por Damiam de Goes.... - Lisboa Occidental: na Officina da Musica: vendese na mesma Officina na rua dos Gallegos, 1724,
- GOMES, Alberto F., James Bird e o poema “Machim” or the Discovery of Madeira, *Das Artes e da História da Madeira*, 1964, Vol. VI, N1 34, pp.16-20.
- As «Saudades» de Gaspar Frutuoso e o «Descobrimento» de Jerónimo Leite. In. *Das Artes e da História da Madeira*. n.º 10. Funchal. Sociedade de Concertos da Madeira. 1952. pp. 34-35.
- ‘A lenda de Machim, e as ‘reliquias’ de Page. In. *Das Artes e da História da Madeira*. Volume I. N.º2. Funchal. Sociedade de Concertos da Madeira. 1950. pp. 34-36.
- GOMES, Brito, Dois novos elementos para o estudo do “problema do descobrimento”, na revista *Das Artes e da História da Madeira*, Funchal, 1948.
- GOMES, Diogo: De la Premiere Découverte de la Guinée, Bissau, Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, n.º 21, 1959. (edição bilingue latim-francês. Existe trad. portuguesa por Gabriel Pereira, Lisboa, (?) 1899).
- GOMES, Dr. José Luiz de Brito, “Dois novos elementos para o estudo do “Problema do Descobrimento””, *Das Artes e da História da Madeira*, 1948, pp. 49-50.
- “Um manuscrito quinhentista italiano, que trata do arquipélago da Madeira”. In. NASCIMENTO, João Cabral do (Dir.). *Arquivo Histórico da Madeira*. Volume I, n. 0 3-4. Funchal. Câmara Municipal do Funchal. 1931. pp. 117-124.
- GONÇALVES, Dr. Ernesto, “Estudo da Relação de Francisco Alcoforado”, *Das Artes e da História da Madeira* 1960, Vol. V, Nº 30, pp. 1-8, 60-68.
- Algo mais acerca da «Relação de Francisco Alcoforado». In. *Das Artes e da História da Madeira*. N.º 31. Funchal. Sociedade de Concertos da Madeira. 1961. pp. 10-16 e 57-59.
- Portugal e a ilha. Colectânea de Estudos Históricos e Literários*, Funchal, CEHA, 1992
- GOUVEIA, João. *Atlante, tragédia d’Alma*. 1. a edição. Lisboa. Antiga Casa Bertrand. 1903.
- GOUVEIA, Manuel da Cruz Pestana de, *Jangalinha. Uma Quinta no Porto da Cruz*, Funchal, DRAC, 2011 (referências a Machim: 29-31).
- GREEFF, Richard, *Madeira und die Canarischen Insel: in naturwissenschaftler besonders Zoologishe*, Marburgi., 1872
- GUERREIRO, Inácio e Luís ALBUQUERQUE. “Cartografia antiga da Madeira, séculos XIV-XVI”. In A.A.V.V.. *Actas do I Colóquio Internacional de História da Madeira (1986)*. Volume I. Funchal. Secretaria Regional do Turismo e Cultura- Dir. Reg. Dos Assuntos Culturais. 1989. pp. 138-ss.
- HANSTEIN, Otfried von, *Eine Reise nach Madeira*, Leipzig, Helingsche Verlagsanstalt, 1928. (referências a Machim:24-25)
- HARCOURT, E., *A Sketch of Madeira*, London, George Woodfall and Son, 1851 (referências a Machim: 64-65)
- HISTORICAL Sketch of the island of Madeira*, London, Printed for F. s. Hopkins, 1819 (referências a Machim: 2-39)
- HUGHES, Terence Mac-Mahon. *The Ocean Flower: A Poem Preceded by an Historical an Descriptive Account of the Island of Madeira*. London: Longman, Brown, Green, and Longmans. 1845.
- HOE, Susan, *Madeira. Women, history, books & Places*, Oxford, Holo Boojks, The Women History Press, 2004 (referências a Ana Darfet: 1-3, 43-45, 58)
- IRIA, Alberto, *O Algarve e a ilha da Madeira no Séc. XV*, Lisboa, 1974 (veja-se a critica de Fernando Jasmins Pereira, *O Algarve e a Madeira* -

- Críticas e aditamentos a Alberto Iria*, Braga, 1975 republicado in *Estudo sobre História da Madeira*, CEHA, Funchal, 1991, pp. 283 a 296)
- JIMÉNEZ GONZÁLEZ, José Juan, Canarii. *La Génesis de los canarios desde el Mundo Antiguo*, Tenerife, Gobierno de Canarias, 2005.
- LAMAS, Maria, *Arquipélago da Madeira. Maravilha Atlântica*, Funchal, Editorial Eco do Funchal, 1956 (referências a Machim: 16-18)
- LANDI, Giulio. *La descrittione de l'Isola de la Madera, già scritta ne la lingua latina, dal molto, ill. Signor Conte Giulio Landi, et hora tradotta dai latino ne la nostra materna língua dai Reverendo M. Alemanio Fini*. In Piacenza, apresso Francesco Conti, 1574.
- “La descrittione de l'isola de la Maderà”. In. ARAGÃO, António (coord. e notas). *A Madeira vista por Estrangeiros, 1455-1700*. Funchal. Secretaria Regional da Educação e Cultura-Direcção Regional dos Assuntos Culturais. 1981.
- LA RONCIÈRE, Charles Bourel de, *Voyages de découvertes et d'explorations des marins français depuis le XVe siècle — Carte dressée par L. Bergelin, d'après Charles de La Roncière et H. Roussilhe*. 1930
- Histoire de la decouverte de la terre explorateurs et conquerants*, Paris, Librairie Larousse, 1938,
- Histoire de la marine française*, Paris, 1899-1920, 5 vols.
- LEITE, Duarte, *Coisas de Vária História*, Lisboa, Seara Nova, 1941.
- A Lenda de Machim e Ana de Arfet, in *Coisas de Vária História*, Lisboa, Seara Nova, 1941, pp. 120-125.
- História dos Descobrimentos. Colectânea de Esparsos*, 2 volumes, Lisboa, Edição Cosmos, 1958, 1960.
- LEITE, Jerónimo Dias. *Descobrimento da Ilha da Madeira e Discurso da Vida e Feitos dos Capitães da Dita Ilha*, com introdução e notas de João Franco Machado. Fac. Letras da Uni v. Coimbra- Inst. de Estudos Históricos Dr. A. de Vasconcelos, Univ. Coimbra, 1947.
- Descobrimento da Ilha da Madeira*. Colecção «Biblioteca da Expansão Portuguesa». Lisboa. Publicações Alfa. 1989.
- LENDAS e Romances da ilha da Madeira*, Porto, Editora Nova Crítica, 1978.
- LIVRAMENTO, Marco, Machim, quando a História se mistura com a Literatura. *Islenha*. Funchal: Direcção Regional dos Assuntos Culturais.47 (2010) 115-136.
- Machim, um herói fundador*. Funchal: Secretaria Regional do Turismo e Cultura – Direcção Regional dos Assuntos Culturais, 2011
- LONIS, R., Les conditions de la navigation sur la côte atlantique de l'Afrique dans l'Antiquité: le problème du “retour”; *Afrique noir et monde méditerranéen dans l'Antiquité*, Colloque de Dakar (1976), Dakar-Abidjan,1978: 147-170.
- LUZ, J. L. Brandão da, O Homem e a História em Gaspar Frutuoso, in *Revista Portuguesa de Filosofia*, 52 (1996), pp. 475-486,
- LYSONS, Rev. Samuel, Machin and Madeira: An attempt to investigate the truth of the romantic and interesting Discovery of that Island, *Gloucestershire Illustrations*, nº.1 Gloucester, A.Lea, 1861.
- MACHADO, João Franco, “A relação de Francisco Alcoforado”, in *Arquivo Histórico da Marinha*, vol.I, 1936, pp.317-329;
- «O conhecimento dos arquipélagos atlânticos no século XIV» in *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, vol. I, livro I, parte II, caps. IV e V, Ed. Atica, Lisboa, 1937, pp.269-273.
- “Descobrimento e Colonização do Arquipélago da Madeira. A questão das Canárias”, in *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, vol. I, livro.I, Parte. II, cap. V, Lisboa, Editorial Ática, 1937, pp.274-290.
- MAJOR, Richard Henry. *The Life of Prince Henry of Portugal Sunamed The Navigator*, Londres, 1868.
- Vida do Infante D. Henrique de Portugal, appellidado o Navegador e seus resultados*.

- Trad. José António Ferreira Brandão. Lisboa. Imprensa Nacional. 1876.
- MANTEGAZZA, P., *Une Journée a Madère*, Paris, C. Reinvald, Libraire-Éditeur, 1882 (Machim: 179-182)
- MARTÍNEZ, Marcos. “El mito de la Isla Perdida y su tradición en la historia, cartografía, literatura y arte”. in. AAVV. *Livro de Comunicações do Colóquio “As Ilhas e a Mitologia”*. Funchal. Câmara Municipal do Funchal- Departamento de Cultura. 1997. pp. 77-105.
- Las Islas Canarias en la antigüedad clásica: mito, historia e imaginario*. La Laguna : Centro de Cultura Popular Canaria, 2002;
- Las Islas Canarias de la antigüedad al renacimiento: nuevos aspectos*. Santa Cruz de Tenerife : Centro de la Cultura Popular Canaria, 1996;
- Canarias en la mitología: historia mítica del archipiélago*. Santa Cruz de Tenerife : Centro de la Cultura Popular Canaria, 1992
- MARTINS, João Augusto, *Madeira, Cabo Verde e Guiné*, Livraria António Maria Pereira, Lisboa 1891.
- MARTINS, Lino Bernardo (coordenação), *Machico. A sua História e a sua gente*, Machico, Departamento de Iniciativas Culturais da Junta de Freguesia de Machico, 1975
- MARTINS, Oliveira, *Os Filhos de D. João I*, Lisboa, editorial Verbo, 2009 (reimpressão edição de 1891)
- Martins Júnior, Coordenação, “Aquele Espesso Negrume... “ *Machico e Machim na Alvorada da Ilha*, Machico, Departamento de Iniciativas Culturais de Machico, 1982.
- MASCARENHAS, J. A. d’ Oliveira. *A Novella Historica. Descobrimento da Madeira*. Lisboa. Emp. Lusitana Editora. [s.d.].
- MASON, J. A., A Treatise on the Climate and Meteorology of Madeira, in *The Edinburgh Medical and Surgical Journal*, 74, Edinburh, 1850, 148-180. (referências a Machim, pp.153-158)
- MAUNY, R., La navigation sur les côtes du Sahara pendant d’antiquité, *Revue des Études Anciennes* 57, 1955, 92-101.
- Les navigations médiévales sur les côtes sahariennes antérieures à la découverte portugaise (1434)*, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, Lisboa, 1960.
- MEDEROS MARTÍN, Alfredo e ESCRIBANO COBO, Gabriel, *Fenícios, Púnicos y Romanos. Descubrimiento y Poblamiento de las Islas Canarias*, Canarias, Viceconsejería de Cultura y Deportes del Gobierno de Canarias, 2002,
- MELO, D. Francisco Manuel de. *Epanaphoras de varia historia portugueza, a elrei nosso senhor D. Alfonso VI, em cinco relações de successos pertencentes a este reino, que contém negocios publicos, políticos, tragicos, amorosos, bellicos, triumphantes*. Lisboa, por Henrique Valente d’Oliveira 1660. (Segunda edição: Ibi, por Antonio Craesbeeck de Mello 1676.)
- Epanáforas de Vária História Portuguesa*, Coimbra, 1931 (edição de Edgar Prestage)
- Descobrimento da Ilha da Madeira- Ano 1420: Epanáfora Amorosa*. Texto crítico de José Manuel de Castro. [Lisboa]. [edição do autor]. [1975]. (Publica a A «RELAÇÃO» DE FRANCISCO ALCOFORADO QUE CONSTA NO MANUSCRITO DE VILA VIÇOSA, na edição de Jean de Fonvieille, pp. 81-95)
- MELO, Luís de Sousa. “O texto «Alcoforado»”. In *Atlântico. Revista de temas culturais*. N.º 5. Funchal. [s.n.]. Primavera de 1986. pp. 18-25.
- MIEIRO, Elisabete Maria Costa. *A atlantização mítica do Éden. Novos Mundos, novos Paraísos*. Funchal. Secretaria Regional do Turismo e Cultura- Centro de Estudos de História do Atlântico. 2001. N.º 6. 2008.
- MILES, Cecil H., *A Glimpse of Madeira*, London, Peter Garnett, 1949.
- MILHAZES, José, e Siin Milhazes, *Madeira. Primeiro chegou a fama do vinho, depois da ilha*, Lisboa Aletheia editores, 2013.
- MONTÊS, António, *Terras de Portugal*, (Iª Série), Empresa Nacional, Lisboa 1939.
- MOUTINHO, Viale (coordenação de) - *Lendas e*

- Romances da Madeira*, Porto, Editora Nova Crítica, 1978.
- NASCIMENTO, Aires A. (Edição crítica de textos latinos, tradução, estudo introdutório e notas de comentário). «Navegação de São Brandão» nas fontes portuguesas medievais. Col. Obras Clássicas da Literatura Portuguesa. N.º 1. Lisboa. Edições Colibri. 2002.
- “Ilhas Afortunadas: um nome feito de sonhos”. in. AAVV. *Livro de Comunicações do Colóquio “As Ilhas e a Mitologia”*. Funchal. Câmara Municipal do Funchal- Departamento de Cultura. 1997. pp. 19-31.
- NASCIMENTO, Cabral. *Além-mar: poemato épico que fez João Cabral do nascimento para narrar a história tormentosa das caravelas que apontaram à ilha do senhor infante na madrugada do Séc. XD*, Lisboa: Livraria Brasileira, 1917
- Obra Poética de Cabral do Nascimento*. Compilação, coordenação e notas de Mónica Teixeira. Prefácio de Vasco Graça Moura. Coleção “Terra Imóvel”, n.º 6. Porto. Edições Asa. 2003.
- “A Insulana de Tomás”. In. NASCIMENTO, João Cabral do. *Apontamentos de História Insular*. [s.l.]. [s.n.]. 1927. pp. 67-78.
- “Flor do Oceano. Poema romântico de 1845 sobre a ilha da Madeira- «The Ocean Flower»”. In. *Arquivo Histórico da Madeira*. Volume 7. Funchal. Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal. 1949. pp. 23-25.
- “Manuel Tomaz e as fontes históricas da «Insulana»”. In. *Arquivo Histórico da Madeira*. Volume II. Funchal. Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal. 1932. pp. 95-100.
- “O descobrimento da Madeira na poesia narrativa”. In. *Arquivo Histórico da Madeira*. Vol. 9. N.º 3. Funchal, 1951, 169-172.
- NASCIMENTO, Maria Teresa. «As Ilhas Desconhecidas: fragmentos de olhar, entre o céu e o mar». in. *Literatura de Viagem. Narrativa, história e mito*. Lisboa. Edições Cosmos. 1997. pp. 489-96.
- NEPOMUCENO, Rui Firmino Faria. *A Madeira vista por escritores portugueses {séculos XIX e XX}*. Funchal. Empresa Municipal “Funchal 500 Anos”. Col. “Funchal 500 Anos”.
- A Revista das e da História da Madeira*, Funchal, Editora O Liberal, 2012.
- NEWELL, H. A., *The English Church in Madeira*, Oxford, Printed at the University Press, 1931, (referências a Machim: 3-4)
- NICHOLAS, Elizabeth, *Madeira an the Canaries*, London, Hamis Hamilton, 1953 (referências a Machim: 73-74)
- NORONHA, Henrique Henriques de. *Memórias seculares e eclesiásticas para a composição da história da Diocese do Funchal na Ilha da Madeira*. Funchal. Secretaria Regional do Turismo e Cultura- Centro de Estudos de História do Atlântico. 1996.
- NUNES, Eduardo, *Porque me orgulho de ser madeirense*, Funchal, Casa Figueira, 1954 (Machim: 41, 49, 110)
- OVINGTON, John, *A Voyage to Suratt in the Year 1689*, London, 1696 (Versão portuguesa do texto Madeira em SILVA, António Marques da, *Passaram pela Madeira*, Funchal, Funchal 500 anos, 208, pp. 28-39)
- PAVIA, Teodoro da, *Il primo scuoprimento dell’isola di Madera*, Torlona, 1795.
- PELOSO, Silvano. “Tradição Literária e Experiência de Viagem na «Insulae Materiae Descriptio» de Giulio Landi”. In A.A.V.V.. *Actas do I Colóquio Internacional de História da Madeira* (1986). Volume I. Funchal. Secretaria Regional do Turismo e Cultura-Direcção Regional dos Assuntos Culturais. 1989. pp. 184-197.
- Giulio Landi e a «Insulae Materiae Descriptio»: novos documentos. Coleção «Separatas das Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira», Funchal. Centro de Estudos de História do Atlântico. 1989.
- Al di là delle Colone d’Ercole- Madera e gli arcipelaghi atlantici nelle cronache Italiane di viaggio dell’Età delle Scoperte*. Roma. Sette Cita- Viterbo. 2004.
- PEREIRA, Duarte Pacheco, *Esmeraldo de Situ Orbis*,

- edição comemorativa da descoberta da América, Lisboa: Imprensa Nacional, 1892,
- PEREIRA, Eduardo, "A lenda de Machim", in Congresso do Mundo Português, vol. III, tomo 1, Lisboa, 1940, pp. 187-207;
- "Infante D. Henrique e Geografia Histórica das Capitanias da Madeira", Arquivo Histórico da Madeira, 1960, Vol. XII, pp. 21-54;
- "V Centenário Henriquino- Sua Projecção na História Madeirense", Arquivo Histórico da Madeira, 1962, Vol. XIII, pp. 42-70.
- PEREIRA, Gabriel. "As ilhas do Atlântico: Chronicas de Valentim Fernandes, allemão". Revista Portuguesa Colonial e Marítima. Separatas n. 9 32 e 36. Lisboa. Livraria Ferin. [s.d.].
- PERES, Damião, *História dos Descobrimentos Portugueses*, Porto, Vertente, 1983 (1ª edição em 1943)
- PESTANA, Alberto da Veiga, *Uma lenda inconsistente. Alguns episódios ligados à História da Madeira*. Palestra Proferida no Ateneu Comercial do Funchal, Funchal,, 1945.
- PESTANA, Francisco, *A Ilha de Argüim*, Publicações D. Quixote, Lisboa. Inatel, 1996.
- PINHEIRO, Joaquim Sanches. "Ressonâncias das makáron nésoi/fortunatorum insulae da Antiguidade Clássica em textos sobre a Ilha da Madeira". in. AAVV. *Livro de Comunicações do Colóquio "As Ilhas e a Mitologia"*. Funchal. Câmara Municipal do Funchal- Departamento de Cultura. 1997. pp. 59-64.
- PORTO DA CRUZ, Visconde do. *Notas e comentários para a História Literária da Madeira -1.º período (1420-1820)*. 1º Volume. Funchal. 1949.
- POWER, C.A., *Tourist guide to the island of Madeira, a pearl of the ocean*, London, George Philip & Son, Ltd, 1914.
- Power's Guide to the Island of Madeira*, 2nd Edition, London, George Philip & Son, Ltd, 1927.
- Quinto Centenário do Descobrimento da Madeira*, Funchal, 1922.
- REID, William, REID, Alfred, *Madeira. A Guide Book of Useful information*, London, F. Passmore, s.d. (Machim:32)
- REPARAZ JUNINOR, Gonçalo, *La epoca de los Descubrimientos españoles y Portugueses*, Barcelona, 1931.
- RIBEIRO, João Adriano, *Ilha da Madeira. Roteiro histórico-marítimo*, [S.l.]: Centro Treino Mar, [19--].
- Machico. Subsídios para a História do seu concelho*, Machico, 2011. (Machim: 215-216)
- RODRIGUES, A. G., D. Francisco Manuel de Melo e o descobrimento da Madeira, Coimbra, 1935, sep. Biblos;
- "Machim, Machico, Melo e Madeira", in *Biblos*, vol. XVI, t.II, pp. 567-571. Coimbra, 1940.
- RODRIGUES, Miguel Jasmins. "A Madeira na época dos Descobrimentos: estruturas sociais da expansão portuguesa". In. FRANCO, José Eduardo (Coord.). *Cultura Madeirense. Temas e problemas*. Porto. Campo das Letras. 2008. pp. 49-55.
- RUGE, Sophus, *História dela época de los descubrimientos geograficos*, Barcelona, sd.
- SALGARI, Emílio, *Viagem sobre o Atlântico em Balão*, col. À esquina do Mundo, Sopa de Letras, 1895.
- SANTARÉM, Visconde de, *Estudos de Cartographia Antiga*, 2 vols, Lisboa, Typ de Alfredo Loas, Motta e cª, 1919-1920.
- SCHAEFER, Henrique, *História de Portugal*, Lisboa, 1893, 5 volumes
- SERPA, António Ferreira, "O Arquipélago da Madeira nos mapas e portulanos do séc. XIV", *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. I, 1931.
- SERRÃO, Joel. *Temas Históricos Madeirenses*. Funchal. Secretaria Regional do Turismo e Cultura- Centro de Estudo de História do Atlântico. 1992.
- SILVA, António Marques da. "Visitantes estrangeiros na Madeira - uma tradição de violência, o tipo físico e o carácter do madeirense". In *Atlântico - Revista de temas culturais*. N.º 1. Funchal. [s.n.]. Primavera de 1985. pp. 20-27.

- O Felicíssimo Capitão, in *Islenha*, 3 (1998) pp. 60-73.
- SILVA, P. Fernando A. da, e MENEZES, Carlos A. de: *Elucidário Madeirense*, 2 vols., Funchal, Madeira, 1921.
- Elucidário Madeirense*. 3 Volumes. Funchal. DRAC. 1998.
- SILVA, Padre Fernando Augusto da. *Pela história da Madeira: digressão através de alguns livros e arquivos*. Funchal. Câmara Municipal do Funchal. 1947.
- “Começo do povoamento madeirense”, *Das Artes e da História da Madeira*, vol. VII, 196?, Nº 37, pp. 28-54.
- SILVA, Luís Augusto Rebelo da, Roberto Machim e Ana D’ Arfet, in *Arquivo Pitoresco*, IX, 1857-567
- SINTRA, Diogo Gomes. *Descobrimento primeiro da Guiné*. Tradução, introdução e notas de Aires A. Nascimento. Lisboa. Edições Colibri. 2002.
- SOARES, Maria de Fátima Gouveia, *Escritos 4 (Horácio Bento de Gouveia, 1950-1959)*, Braga, ed. Autora, 2011 (referências a Machim: 174, 182-182, 243-244)
- SOUSA,, Élvio Duarte Martins, Liliana Neto, co-autor; Fernando Alexandre Brazão, *O Aprendiz de Arqueólogo; A Lenda de Machim*, Funchal: Grupo Informal de Jovens Defensores do Património / CEAM – Centro de Estudos de Arqueologia Moderna e Contemporânea, 2005.
- TAYLOR, Ellen M., *Madeira its Scenery and how to see it*, London, Edward Stanford, 55, Charing Cross, SW, 1882, (referências a Machim: 22-28)
- TEIXEIRA, Mónica. *Tendências da Literatura na Ilha da Madeira nos séculos XIX e XX*, Funchal. DRAC- Centro de Estudos de História do Atlântico. 2005.
- THOMÁS, Manuel. *Insulana*. Amberes. Caza de Ioam Mevrsio Impressor. 1635. (Edição dedicada a João Gonçalves da Câmara, Conde da Vila Nova da Calheta)
- TEIXEIRA, Mónica, *Tendências da Literatura na ilha da Madeira nos séculos XIX e XX*, Funchal, CEHA, 2005 (referências a Machim: 28, 48, 101-104, 211-218, 278-279, 320-334, 418-419)
- TEIXEIRA, Manuel Rufino, *Um Olhar pelos primórdios da capitania de Machico e das suas gentes*, Machico, Câmara Municipal de Machico, 2004 (referências a Machim: 8-19)
- TORRES. Amadeu. “O Manuscrito de Valentim Fernandes”. In *Biblos*. Volume LXX. Lisboa. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 1994. pp. 313 a 320.
- TORRIANI, Leonardo. *Descrição e História do Reino das Ilhas Canárias antes ditas Afortunadas, com o parecer das suas fortificações*. Estudo e tradução de José Manuel Azevedo e Silva. Lisboa. Edições Cosmos. 1999.
- WILDE, W. R., *Narrative of a Voyage to Madeira, Teneriffe...*, Dublin, William Curry jun and Company, 1840 (referências a Machim: 119-121)
- WILKER, Charles, *Four Years in the Government Exploring Expedition*, New York, R.T. Young Publissher, 1853 (referências a Machim: 5-23)
- WORTLEY, Lady Emmeline Stuart, *A Visit to Portugal and Madeira*. London, Chapman and Hall, 193 Piccadilly, 1854 (referências a Machim: 354-359)
- V Centenário do Descobrimento da Madeira*, Funchal, 1922.
- VASCONCELOS, Francisco de Paula Medina e. *Zargueida. Descobrimento da Ilha da Madeira-Poema Heróico*. Lisboa. Of. De Simão Thaddeo Ferreira. 1806.
- VERÍSSIMO, Nelson. “A Descrição Poética da Ilha da Madeira, de Manuel de Sousa Moreirà’. In. *Islenha*. N.º 20. Funchal. Direcção Regional dos Assuntos Culturais. 1997. pp. 157-180.
- VIDAL-NAQUET, Pierre. *L’Atlantide: Petite histoire d’un mythe platonicien*. Paris. Éditions du Seuil. 2007.
- VIEIRA, Alberto e Luís de ALBUQUERQUE. *O Arquipélago da Madeira no século XV*. [Funchal]. Centro de Estudos de História do Atlântico. 1987.
- VIEIRA, Alberto, Alberto VIEIRA, “Machim c Machico

- A rcvelaq8o dum enigma”, *Diário de Notícias*, 4 de Março 1990.

“O Infante e a Madeira”, in *Mare Liberum*, nº.7, Lisboa, CNDP, 1994, 31-64

Do Éden à Arca de Noé- O madeirense e o quadro natural. [Funchal]. Secretaria Regional do Turismo e Cultura- Centro de Estudos de História do Atlântico. 1999.

“O Infante e a Madeira: dúvidas e certezas”. in. AAVV. *O Infante e as Ilhas* - Conferências da sessão comemorativa do VI centenário do nascimento do Infante D. Henrique. Funchal. Secretaria Regional do Turismo e Cultura- Centro de Estudo de História do Atlântico. 1994. pp. 75-94.

VIEIRA, Manuel Higino, *Descobrimento do Arquipélago da Madeira. Estado Actual do Problema*, Lisboa, IN, 1939.

VISCONDE DO PORTO DA CRUZ, *Lendas do Arquipélago da Madeira*, Funchal, Edição do Autor, 1954.

ZURARA, Gomes Eanes de, *Chronica do descobrimento e conquista de Guiné, escrita por mandado de el Rei D. Affonso V, sob a direcção scientifica, e segundo as instrucções do illustre Infante D. Henrique / pelo chronista Gomes Eannes de Azurara; fielmente trasladada do manuscrito original contemporaneo, que se conserva na Bibliotheca Real de Pariz, e dada pela primeira vez à luz per diligencia do Visconde da Carreira... ; precedida de uma introdução, e illustrada com algumas notas, pelo Visconde de Santarem... e seguida d’ um glossario das palavras e phrases antiquadas e obsoletas*. - Pariz: publicada por J. P. Aillaud: na Officina Typographica de Fain e Thunot, 1841;

Crónica da Conquista de Ceuta, introdução e notas de Reis Brasil, Mem Martins, Publicações EuropaAmérica, cop. 1992

Passados quase seiscentos anos da ocupação do arquipélago, a questão do (re)descobrimento do arquipélago da Madeira, pelos portugueses, no século XV, ainda não encontrou consensos na documentação e historiografia. Continua a questionar-se o facto de saber se está reservada aos portugueses o primeiro descobrimento destas ilhas, ou se deverá entender-se esta ação do primeiro quartel do século XV como um redescobrimento, feito com base em informações de um descobrimento, desconhecido e anterior, mas cuja informação existiria na Europa mediterrânica, através de relatos e cartografia. Mesmo assim, podemos afirmar que as informações disponíveis, ainda que muito dispersas, são esclarecedoras quanto ao que realmente terá sido a atividade dos portugueses no arquipélago, sendo o seu mérito unanimemente reconhecido na tradição histórica, quanto ao povoamento e não quanto ao descobrimento. De acordo com a tradição, o descobrimento do arquipélago teria ocorrido a partir de 1418, quando João Gonçalves, depois conhecido com o Zargo ou Zarco, ao comando de uma barca, atingiu a ilha do Porto Santo e, no ano seguinte, a 1 de julho, alcançou a Madeira.



CADERNOS CEHA

Centro Estudos de História do Atlântico (CEHA)

Rua das Mercês, nº 8, Funchal

Tel: 291 214 970 • Fax: 291 223 002

email: geral.ceha@gov-madeira.pt

página web: <http://ceha.gov-madeira.pt/>

blogue: <http://memoriadasgentes.blogspot.com>

